



#441

SÃO PAULO | AGO/SET | 2017

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

MERCADO CLANDESTINO

Contrabando de produtos piratas fragiliza a economia com a sonegação de impostos e o desestímulo à geração de empregos

POR QUE NÃO VENCEMOS O ANALFABETISMO?

Brasil é o oitavo país no mundo com mais adultos incapazes de ler e escrever

TRAGÉDIA ORÇAMENTÁRIA

Estados sentem as consequências do descontrole das contas públicas



MAIS

LIBERDADE PARA NEGOCIAR.

MAIS

LIBERDADE PARA ESCOLHER.

MAIS

OPORTUNIDADES PARA TRABALHAR.

Um mundo sem fronteiras para os negócios. Mudanças tecnológicas no trabalho e nos relacionamentos. Profissões inéditas no mercado. O caminho para crescer exige novas posturas e atitudes, como a negociação entre empregados e empregadores. A revisão da legislação é essencial para gerar mais oportunidades e desenvolvimento com liberdade e respeito aos direitos de ambas as partes.

Novas atitudes para um novo mundo.



ECONOMIA SUBTERRÂNEA

O descaminho, o contrabando e a pirataria custam caro ao Brasil. Objetos de desejo de procedência ilícita e preços supostamente acessíveis escondem uma trama que sabota a atividade econômica brasileira. Além de diminuir a arrecadação de impostos e inibir a geração de empregos, esse mercado clandestino prejudica toda a cadeia produtiva e restringe a capacidade de expansão das empresas nacionais dos mais diversos portes e setores.

Reportagem de capa desta edição de **Problemas Brasileiros** mostra que o contrabando de produtos pirateados provocou perdas de R\$ 130 bilhões ao País em 2016, segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade. São produtos de toda sorte, cuja sonegação tributária gera um déficit de R\$ 52 bilhões aos cofres públicos e a eliminação potencial de 430 mil empregos, de acordo com dados da FecomercioSP.

O combate ao contrabando deve ser intensificado nos âmbitos jurídico e econômico. São necessárias penas mais severas a esses crimes e investimento em inteligência na fiscalização em portos, aeroportos e regiões de fronteira – por onde entra grande parte dessas mercadorias. Outro fato é que a alta carga tributária brasileira favorece o contrabando. Isso porque o produto importado legalmente custa mais de três vezes o preço pago lá fora. Não por acaso, os produtos mais contrabandeados são aqueles com maiores diferenças entre os preços praticados no País e no exterior. A saída está em uma ampla reforma tributária, que vise à redução dos custos de produção e à simplificação dos impostos, para que tenhamos condições de competir com o resto do mundo.

Também é assunto desta edição o rombo fiscal que assola os Estados brasileiros. Estudo elaborado pela Federação detalha as razões do endividamento e evidencia as consequências da perda do controle das finanças públicas. Nas páginas a seguir, matérias de igual importância tratam ainda de questões como o analfabetismo, a mobilidade urbana nos grandes centros e a obesidade infantil.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

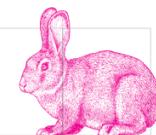


PB | #441

Com impostos sonegados, produtos fruto de contrabando ou falsificados seduzem o consumidor com preços convidativos. No entanto, ao colocar essa mercadoria de procedência ilícita dentro de casa, o brasileiro incentiva a atuação ilegal de uma extensa rede que produz gigantesco prejuízo ao País.



6 Capa
CONTRABANDO, PIRATARIA E DESCAMINHO



12 Economia
ESTADOS EM CALAMIDADE FINANCEIRA

20 Entrevista
LUIZ FELIPE D'AVILA E MILTON SELIGMAN
DEBATEM A REFORMA POLÍTICA



26 Artigo
RUBENS FIGUEIREDO



28 Legislação
REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

34 Estados brasileiros
PARÁ E O IMPACTO DE BELO MONTE



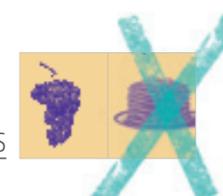
40 Urbanismo
O NÓ DA MOBILIDADE URBANA



46 Educação
POR QUÊ AINDA CONVIVEMOS
COM O ANALFABETISMO?

50 Sociedade
RELAÇÕES DE GÊNERO

54 Saúde
OBESIDADE AMEAÇA GERAÇÕES FUTURAS



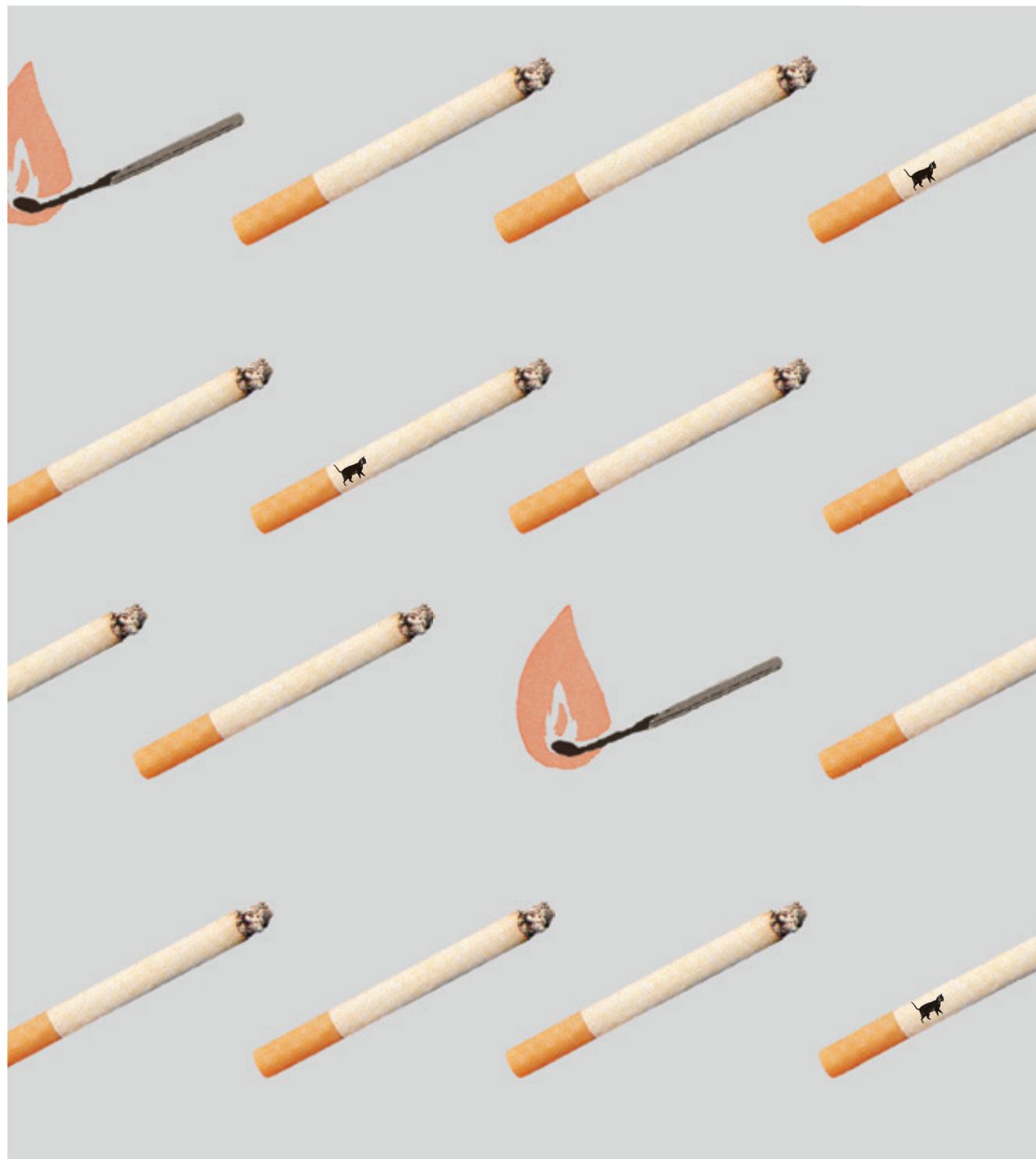
58 Articulista
PAULO DELGADO



59 Biblioteca
O BRASIL VISTO PELO PORTUGUÊS PEDRO ALMEIDA VIEIRA

60 Cultura
A ESTRELA DALVA DE OLIVEIRA

66 Grande Angular
PONTE DA AMIZADE



SANGRIA DESATADA

Novembro de 2016: uma organização criminoso especializada em contrabando de tabaco do Paraguai, responsável pela movimentação de cerca de R\$ 20 milhões ao longo de um ano no eixo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, está prestes a ser enredada na Operação Ixtab, da Polícia Federal, referência à deusa maia guardiã dos suicidas, em alusão ao mal provocado nos fumantes. O desmantelamento do grupo atesta a verdadeira sangria que os mercados ilícitos provocam no País.

texto MARLEINE COHEN

T

Tabaco, cosméticos, eletroeletrônicos, medicamentos, peças de vestuário e bebidas. Somente em 2016, o contrabando de produtos pirateados gerou perdas de R\$ 130 bilhões ao Brasil, segundo levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). Esse valor soma o prejuízo aos setores produtivos – caso das indústrias farmacêutica e têxtil, por exemplo – e a sonegação de impostos. Com o montante, seria possível construir, segundo a entidade, mais de mil hospitais, ou 65 mil creches, ou 1,36 milhão de casas populares, ou, ainda, 25 mil escolas públicas.

O desvio de arrecadação equivale, segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), a um déficit de R\$ 52 bilhões aos cofres públicos, valor superior ao orçamento anual do programa Bolsa Família, estimado em R\$ 40 bilhões. Não bastasse tudo isso, o contrabando, a pirataria e o descaminho representam a eliminação potencial de 430 mil empregos. Entende-se por descaminho a fraude fiscal decorrente de entrada, saída e consumo de mercadorias não proibidas e por pirataria, o crime contra o direito autoral na venda ou distribuição de produtos e marcas sem a expressa autorização dos seus proprietários.

Além de sabotar a atividade econômica no País, o contrabando dissemina má qualidade e afrouxa padrões de transigências ética e social. Em relatório recentemente divulgado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que em cada cem medicamentos, 20 são falsos e vêm do Paraguai, da China ou da Índia para venda por ambulantes, em feiras e farmácias e pela internet. Ainda segundo a OMS, os remédios falsificados causaram direta ou indiretamente a morte de cerca de 700 mil pessoas em todo o mundo em 2014.

A recessão que assola o Brasil faz do comércio de cigarro contrabandeado um bom negócio tanto para os consumidores quanto para os criminosos, que chegam a lucrar até 230% sobre a venda do produto. Na outra ponta, quase quatro em cada dez brasileiros fumantes (37%) admitem ceder ao seu preço atrativo. A atividade é tão próspera que a Polícia Federal (PF) apreendeu, no ano passado, 200 milhões de maços de cigarros importados clandestinamente dos países vizinhos, segundo o subsecretário de aduana da Polícia Federal, Ronaldo Medina. O depósito da PF em Foz do Iguaçu (PR) chega a destruir mais de 12 toneladas de cigarros contrabandeados num dia.

Para saciar o vício, tabagistas brasileiros (principalmente) das classes C, D e E compram

marcas paraguaias contrabandeadas por R\$ 2,40 o maço, contra R\$ 5,50, preço mínimo no País. Segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf), as perdas anuais da indústria do cigarro com o contrabando chegam a R\$ 6,4 bilhões, que gerariam R\$ 4,5 bilhões em tributos destinados, por lei, ao tratamento de doenças associadas ao fumo.

FORÇA DA GRAVIDADE

Preços mais acessíveis também ajudam a escoar uma infinidade de outros produtos de procedência ilícita, de CDs a tênis de marcas conhecidas, passando por peças automotivas, óculos, artigos fitness, brinquedos e perfumes, e revelam outro mal causado pela economia subterrânea: o transbordamento da mercadoria contrabandeada para muito além dos pequenos redutos de comércio popular.

Para se ter uma ideia dessa contaminação, basta lembrar que a PF apreendeu, somente no ano passado, mais de R\$ 2 bilhões em cargas ilegais. No caso do tabaco, por exemplo, “mais de 55% dos pontos de venda formais estão contaminados com cigarros ilegais, e 72% dos estabelecimentos vendem o produto abaixo do preço mínimo estabelecido por lei”, explica o presidente da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), Rodolpho Ramazzini.

Ao contrário do senso comum, o problema não se resume aos importados. “Muita coisa falsificada é feita aqui dentro, principalmente os produtos que não exigem sofisticação tecnológica ou maquinário de última geração, tais como bebidas, roupas, sapatos, produtos de limpeza, móveis, ferramentas e cosméticos”, esclarece Ramazzini. Ele aponta polos de falsificação: nos bairros do Brás e do Bom Retiro, em São Paulo; e em Apucarana, no Paraná, onde impera a produção clandestina de roupas. Também no Paraná, em Maringá, há um grande entreposto de autopeças sem marca. A região de Nova Serrana, em Minas Gerais, por sua vez, prima pela confecção ilegal de calçados e tênis.

A ABCF estima que 65% dos produtos falsificados à venda em território brasileiro venham da China, seguida pelo Paraguai em volume de contrabando, que se dá de duas formas: no caso asiático, a mercadoria pronta e embalada desembarca no Porto de Iquique, zona franca ao norte do Chile, e de lá é transportada por via terrestre ou fluvial até o Paraguai, de onde segue pelos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul

ALÉM DE SABOTAR A ATIVIDADE ECONÔMICA NO PAÍS, O CONTRABANDO DISSEMINA MÁ QUALIDADE E AFROUXA PADRÕES DE TRANSIGÊNCIAS ÉTICA E SOCIAL

para todo o País. “No segundo caso, o produto entra desmontado e sem embalagem no Paraguai, onde é recebido por uma mão de obra barata, e, uma vez pronto, vem para o Brasil.”

O BRASIL QUE NÓS QUEREMOS

Apontar todos os holofotes da legalidade sobre o contrabando e a pirataria até eliminá-los de cena é a bandeira do movimento O Brasil Que Nós Queremos, capitaneado pela Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Pirataria e o Movimento Nacional em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, em parceria com o Ministério da Justiça e outras 70 entidades empresariais e organizações da sociedade civil.

O diagnóstico dos signatários do movimento é que essas práticas comerciais ilegais são incentivadas por uma combinação de fatores: a crise econômica, que cortou o fôlego financeiro do consumidor; a incidência de impostos escorchantes sobre o produto nacional, que inibem sua competitividade; e a fragilidade das fronteiras brasileiras.

Para o presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, Edson Vismona, é preciso combater os produtos contrabandeados em duas frentes: oferta e demanda. Por um lado, a repressão e o controle das fronteiras ficam prejudicados com o corte de 49% dos recursos destinados à Polícia Federal. Por outro, há que se traçar campanhas de conscientização quanto aos prejuízos advindos do comércio ilegal, “uma questão a ser trabalhada por gerações e gerações”. Para ambos, é necessária vontade política, diz ele. “Precisamos de uma administração pública eficiente que não use metade dos R\$ 6 trilhões do PIB para cobrir seus próprios gastos.”

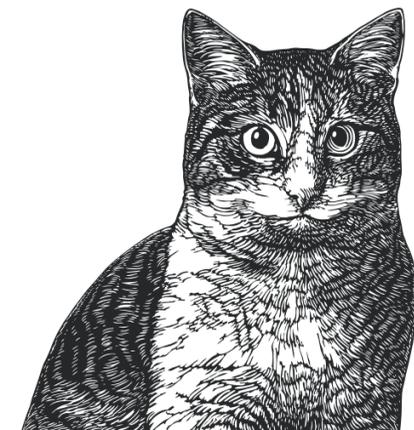
A carga tributária é um dos problemas crônicos no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), são 63 tributos entre impostos, taxas e contribuições. De cada R\$ 10 produzidos internamente, R\$ 3,50 vão para os cofres públicos, federais, estaduais ou municipais, o que faz do País campeão de tributação entre América Latina e Caribe: 35,42% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Exemplos: um tablet embute tributação de 39,12%; um telefone celular, de 33,8%; uma garrafinha d’água, de 37,44%; e um simples cafezinho, de 16,52%.

Na contramão do que se pratica no mundo todo, o Brasil tributa fortemente o consumo, o que faz com que contribuintes ricos e pobres paguem o mesmo montante independentemente da sua condição financeira, aponta o diretor do IBPT, Alexandre Fiorot. Enquanto a participação do consumo na arrecadação gira em torno de 65% no Brasil, em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Japão, ela permanece abaixo de 20%. Por isso, argumenta Vismona, “uma recente operação do Ipem-SP [*Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo*] no bairro de Santa Ifigênia, tradicional ponto de venda de material eletroeletrônico em São Paulo, revelou que 69% das lâmpadas LED comercializadas eram pirateadas”.

Figuram na pauta dos integrantes do movimento O Brasil Que Nós Queremos não só uma redução da carga tributária como também a simplificação e a desburocratização do sistema tributário nacional, além de garantias de que não serão criados novos impostos. “Não podemos esquecer que os baixos riscos e a alta lucratividade estimulada pela elevada carga tributária são os principais atrativos à pirataria”, advertem os signatários da proposta.

MAIS RIGOR NA LEGISLAÇÃO

A Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Pirataria é o braço político do movimento de erradicação dos crimes contra a economia nacional. Seu líder, o deputado federal Efraim Filho (DEM/PB), tem como tarefa no Congresso rever os baixos riscos para quem pratica atividades clandestinas. “Aprovamos a Lei nº 13.008/2013, que pune de forma mais severa o contrabando e o separa do crime de descaminho. Com isso, quem é preso comercializando mercadoria ilegal permanece detido por um período superior a quatro anos, prazo máximo estabelecido por lei para que o seu delito seja considerado de menor poder ofensivo”, explica o parlamentar.



Agora está em tramitação o Projeto nº 1.530/2016, que pede a cassação da carteira de habilitação do motorista que transportar carga contrabandeada, anuncia Efraim Filho, “e estamos lutando para aprovar a lei que obriga também a cassação do alvará e do CNPJ dos estabelecimentos onde circulam mercadorias ilícitas, além de promover uma campanha para informar a população que o receptor de artigos falsificados é tão criminoso quanto quem os vende”. Segundo ele, porém, “mais difícil do que mudar a lei é mudar a cultura do brasileiro”. “O cidadão tem a impressão que o contrabando é inofensivo porque associa a oferta de bolsas de marcas famosas falsificadas, CDs e DVDs piratas ao trabalho informal”, explica.

ROTAS DO CRIME

Mundo Novo, Bela Vista, Coronel Sapucaia, Paranhos, Ponta Porã. Comendo asfalto ou terra batida, quem circula pelos 337 quilômetros da Sul Fronteira (BR-163), ao longo da divisa com o Paraguai, percorre um emaranhado de estradas vicinais, descampados e propriedades rurais sem policiamento algum e encontra poucas praças de pedágio ou postos de fiscalização. Trafegando entre Mundo Novo e Japorã, pode testemunhar mais uma investida policial contra o crime organizado nas imediações do *Marco 334*, um dos 901 pontos estratégicos de passagem entre os dois países, batizado com o número do artigo do Código Penal que criminaliza o contrabando.

De um lado da chamada “Linha Internacional,” cujos 3.467 quilômetros de extensão cortam longitudinalmente o País, ligando o Rio Grande do Sul ao Pará, fala-se português. Do outro lado, nas cidades de Pedro Juan Caballero, Capitán Bado, Salto del Guayrá ou Bella Vista, fala-se espanhol. Entre elas, no entanto, fala-se “contrabando”. Às margens da estrada pipocam essas “cidades gêmeas”, que, além da fronteira, dividem também os mesmos índices alarmantes de violência, PIBs aviltantes, taxas de suicídio assustadoras e uma irrefreada evasão escolar no ensino fundamental.

E há ainda a BR-277, que serpenteia o País transversalmente por 730 quilômetros, entre Porto de Paranaguá e Foz do Iguaçu. Ironicamente, essa que é considerada a segunda maior rota nacional de contrabando vai dar na Ponte Internacional da Amizade, ligando Brasil e Paraguai. Ali, às margens das águas turbulentas do Rio Paraná, um exército de olheiros, batedores regionais, carregadores e donos de depósitos oferecem seus serviços inescrupulosos ou integram organizações criminosas bem estruturadas.

CAÇA AOS CRIMINOSOS

Dimensões continentais sempre foram o “calcanhar de aquiles” do governo. São 1.720.607 quilômetros de estradas, entre rodovias federais, estaduais e municipais. Desse total, apenas 213.229 quilômetros (12,4%) estavam pavimentados em 2015, segundo relatório gerencial da Confederação Nacional de Transportes (CNT), citado pelo Idesf.

A Ponte Internacional da Amizade é a principal fronteira seca que liga o Brasil ao Paraguai. Circulam diariamente em seus 550 metros de extensão cerca de 40 mil pessoas.

A TRAGADA CLANDESTINA EM NÚMEROS

4,5 bilhões são o que o Brasil deixa de arrecadar em tributos de cigarro.

67,44 % do contrabando apreendido são de cigarros.

231,15 % é a média de lucro máximo do contrabando de cigarros.

9 % é a taxa sobre todos os contrabandos designada para pagar a corrupção.

62,52 % da apreensão de cigarro contrabandeado são feitos no Paraná.

71,51 % dos veículos apreendidos com contrabando carregavam cigarros.

8 em cada 10 carros apreendidos com contrabando são roubados.

Fonte: *Indest (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social da Fronteira)*



De acordo com dados do instituto, para fiscalizar essa malha rodoviária, o Brasil contava, em 2015, com cerca de 580 mil policiais trabalhando em turnos diferentes, entre efetivos da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Militar, bombeiros e guardas municipais, sendo que cada Estado tem uma legislação própria quanto ao número ideal de agentes de segurança. Ainda segundo o Idesf, já havia, naquele ano, um déficit estimado de 155 mil agentes nas PMs estaduais. Numa projeção desses parâmetros, cada dupla de policiais seria hoje responsável por vistoriar aproximadamente 125 quilômetros de rodovias.

As fronteiras do Brasil se espriam por 16.886 quilômetros, em grande parte cortadas por matas, rios, lagos e montanhas. São 9.523 quilômetros de cursos d'água, canais e praias de fácil acesso, um verdadeiro convite às atividades ilícitas. Dez países – Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai – ocupam as terras vizinhas.

Quem fala em tamanhas dimensões, também fala em capilaridade do crime e em “desafios enormes para realizar, por meio da vigilância e da repressão aduaneiras e dos combates ao contrabando, ao descaminho e a outros ilícitos, como o tráfico de entorpecentes e de armas”, explica o subsecretário de Aduana da Polícia Federal, Ronaldo Medina. Debaixo de sua alçada estão 34 pontos de fronteira, 33 terminais aeroportuários de passageiros e 36 de carga, 39 portos e 218 instalações portuárias. Ao todo, nos últimos 12 meses foram realizadas 1.837 operações das polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal, 15% mais do que no ano anterior.

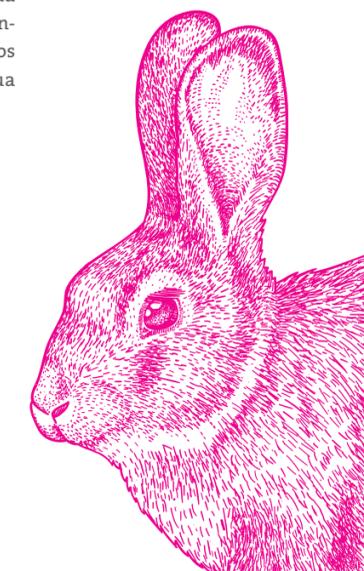
Segundo Rodolpho Ramazzini, essa organização ofensiva não acompanha o crescimento do mercado ilegal, sobretudo em tempos de crise. São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Goiás, Pará e Rio de Janeiro são, em ordem de importância, os principais mercados afetados pela falsificação e pelo contrabando de produtos industrializados. “Nos-

os portos estão praticamente abertos. O número de agentes da Receita Federal e da Polícia Federal é muito pequeno, e eles só conseguem vistoriar contêineres e mercadorias por amostragem, ou quando há alguma suspeita”, denuncia o diretor da ABCF, apontando que “os principais portos de entrada da mercadoria falsificada são Santos, Paranaguá, Itajaí e Rio de Janeiro, onde os produtos normalmente chegam subfaturados e com declarações falsas nas guias de importação”.

O Ministério da Defesa vem implantando a Operação Ágata, de combate ao crime em fronteiras, como o narcotráfico, o contrabando e o descaminho, o tráfico de armas e munições e a imigração e o garimpo ilegais. A ação acontece de Roraima até o Rio Grande do Sul e conta com a participação de 11.244 militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além da atuação de 450 profissionais de 33 agências governamentais e órgãos federais, estaduais e municipais. Participam desse esforço a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Agência Brasileira de Inteligência, o Ibama, a Funai, a Receita Federal e órgãos de segurança dos Estados fronteiriços.

Outra ação da PF que vinha sendo realizada desde 2010 para coibir crimes transfronteiriços, a Operação Sentinela foi desativada, deixando à própria sorte cidades como Boa Vista, em Roraima, com a retirada das barreiras policiais nas rodovias e a interrupção dos patrulhamentos terrestre e fluvial. A ação fazia parte do Plano Estratégico de Fronteiras do governo federal, substituída pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), instituído em novembro do ano passado por decreto presidencial. O PPIF representa um novo esforço para promover uma atuação integrada entre órgãos de segurança pública, inteligência, Receita Federal, Fazenda e Forças Armadas nas regiões de fronteira e envolver autoridades de municípios fronteiriços e países vizinhos: um convite para uma trégua com o Paraguai.

&



O MAPA DA IRRESPONSABILIDADE FISCAL

A expansão do consumo que marcou a economia nacional a partir da segunda metade da década de 1990 até meados de 2010 beneficiou milhões de brasileiros. Programas sociais e crédito facilitado estimularam o aumento da renda. Não demorou, no entanto, para que o então considerado bom momento começasse a dar os primeiros sinais de esgotamento e a revelar um insustentável modelo econômico.

texto ALINE CARVALHO



Sob a tentativa de manter esse ambiente artificial de prosperidade, governos em todos os níveis mantiveram políticas fiscais expansionistas. Recursos foram sendo administrados de maneira ineficiente, sem a preocupação com o equilíbrio orçamentário no longo prazo. A promessa não cumprida de superávit primário de R\$ 30 bilhões em 2016 – o resultado real foi mais de R\$ 150 bilhões de déficit – é um dos retratos desse descontrole.

Estudo desenvolvido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), com base nos dados da Secretaria da Receita do Tesouro Nacional, entre 2012 e 2015, revelou que, sem as transferências da União, o conjunto de todos os Estados, além do Distrito Federal, seria deficitário em mais de R\$ 30 bilhões, sem contabilizar os repasses que eles fazem aos seus municípios. E superaria a marca de R\$ 150 bilhões, considerado o montante destinado às cidades.

Segundo o relatório, dos 26 Estados (mais o Distrito Federal), 15 registraram déficit primário em 2015, com um agravante: destes, 12 seguem em trajetória de deterioração das contas públicas e apenas três – Acre, Amapá e Roraima – estão fazendo ajustes fiscais para minimizar os prejuízos. Em 2015, o resultado primário de todos os Estados (diferença entre as receitas e as despesas, excluídas as despesas não financeiras* e as transferências dos Estados para os municípios) foi de pouco mais de R\$ 4,3 bilhões. Das receitas totais de R\$ 661 bilhões,

R\$ 504 bilhões eram próprias e R\$ 156 bilhões eram recebidas da União. Ou seja, 24% do total das receitas dos Estados vêm da União. Mais preocupante é o fato de que em alguns deles essa proporção ultrapassa os 80%.

Ainda de acordo com a análise da FecomercioSP, o crescimento da receita bruta da soma de todos os Estados foi de 26% entre os anos de 2012 e 2015, enquanto o aumento das despesas não financeiras foi de 31%. No mesmo período, apenas 11 viram suas receitas crescerem mais do que as despesas. A má gestão dos gastos públicos revelou um mapa da decadência orçamentária.

A ESCALADA DO ENDIVIDAMENTO

A calamitosa situação fiscal dos Estados tem uma gama de origens e fatores que, juntos, vão custurando esse frágil tecido orçamentário.

O membro do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul, Darcy dos Santos, aponta que após um período de crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados no PIB, principalmente em 2008 – sobretudo em razão do *boom* das commodities –, a situação fiscal iniciou trajetória de deterioração. No estudo “Evolução Financeira dos Estados, 2002–2016”, Santos mostra ainda que a RCL cresceu 6,5% ao ano entre 2003 e 2008, ao passo que entre 2009 e 2011 esse índice ficou em 1,5%.

Além de as despesas crescerem em ritmo mais acelerado do que as receitas, outro fator contribuiu para arruinar as finanças públicas: a alta nos gastos com pessoal. De acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, esse aumento entre os anos de 2014 e 2015 chegou a 17,5%. Para Santos, essa é uma das causas mais impactantes nos orçamentos estaduais. Ele ressalta ainda que, entre os anos de 2011 e 2014, dos dez Estados que detinham as maiores RCL, apenas Goiás não registrou custos com pessoal e outras despesas correntes (ODC) maiores do que receita corrente líquida.

Em entrevista à plataforma UM BRASIL em parceria com o portal InfoMoney, a ex-secretária da Fazenda do Estado de Goiás e atual presidente do Conselho de Gestão e Finanças do município de São Paulo, Ana Carla Abrão, explica que, ao assumir a pasta, em 2015, a situação de desequilíbrio fiscal goiana era semelhante à do Rio de Janeiro. Goiás fez um ajuste focado no corte de despesas, não em aumento de impostos. E isso deu condições para que chegasse ao fim de 2016 com as contas já dentro de uma normalidade bastante importante. A privatização das centrais elétricas é considerada por ela um dos fatores positivos para ter adentrado 2017 com recursos disponíveis em caixa. A questão da Previdência é apontada por Cláudia como uma bomba-relógio e um dos problemas mais urgentes a serem resolvidos. Ela também sinaliza que, sem reduzir o peso do setor público sobre a economia, é impossível o País voltar a crescer.

FALTA DE CONTROLE SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS E PATERNALISMO POLÍTICO RESULTARAM NO MAIOR COLAPSO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO E DOS ESTADOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS

Ao abordar a problemática do limite dos gastos com a folha de pagamento, a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) do Rio de Janeiro, Vilma da Conceição Pinto, faz um alerta: Há hoje diferentes metodologias para o mesmo indicador. “No portal do Tesouro Nacional, você vai ver um valor, e no Relatório de Gestão Fiscal desses Estados, a relação entre gasto e RCL é outro valor”, diz.

Ela diz que a União adota como base o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) usa outra metodologia diferenciada da União. Essa diferença é mais evidente em Estados como o Rio de Janeiro, que utilizava receitas de royalties de petróleo para pagamento de inativos e pensionistas. “Esse direcionamento da receita temporária para esse tipo de gasto foi com o aval da União. Com o fim do recurso, o Estado teve de recorrer ao dinheiro de recursos próprios para continuar pagando os inativos e pensionistas. Quando olhamos os gastos pela LRF, essa receita de royalties de petróleo não entra na conta de despesa líquida com pessoal. Ele [o Estado] faz com que o gasto de pessoal dividido pela RCL seja muito pequeno, ao passo que nos dados do Tesouro Nacional, considera-se como gasto com pessoal, então o valor fica muito maior.

Sem margens para investir, a maioria dos Estados lançou mão de financiamentos, uma saída fácil e rápida, cujo incentivo do governo federal foi preponderante para agravar o quadro econômico. O resultado? Um crescimento acelerado do endividamento.

O MAPA POR REGIÕES

Embora o Rio de Janeiro seja o Estado mais conhecido pelo descontrole da máquina pública, ele não está sozinho. Ao seu lado, juntam-se Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

CENTRO-OESTE

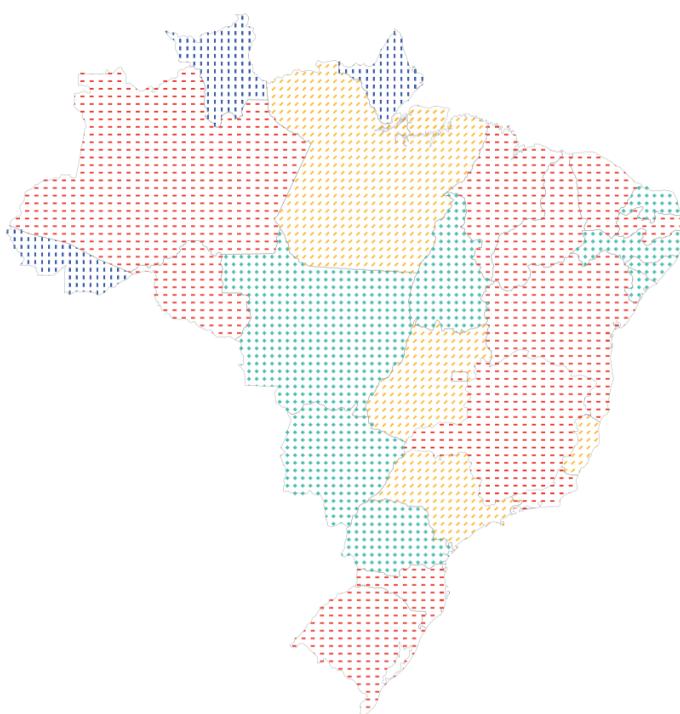
Em torno de 23,8% das receitas dos Estados da região Centro-Oeste são oriundos da União, índice bem próximo à média nacional (23,7%). E o repasse aos seus municípios – desconsiderando o Distrito Federal – atinge 18,6%, também em paridade à média do País (17,8%).

O Distrito Federal se destaca no quesito deterioração das finanças públicas. Em 2015, apresentou déficit primário de R\$ 1,7 bilhão. Goiás, embora tenha registrado um resultado superavitário em R\$ 453 milhões em 2015, viu suas despesas crescerem em ritmo superior ao das receitas entre 2012 e 2015, sendo necessário fazer ajustes para evitar problemas futuros. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fazem parte dos poucos que ainda estão no azul. Respectivamente, eles registraram superávit primário de R\$ 846 milhões e R\$ 1,4 bilhão em 2015 e estão ajustando suas finanças.

SUL

Ainda que 16,4% das receitas dos Estados da Região Sul venham da União – abaixo da média nacional –, eles transferem 20,8% às cidades, valor acima da média, de 17,8%. O Rio Grande do Sul, que teve um déficit primário de R\$ 1,9 bilhão em 2015, chega a transferir 22% de sua receita aos municípios.

(*) Despesas não financeiras são os gastos para custeio dos serviços públicos à sociedade, como pagamento de salários.



SITUAÇÃO ATUAL E DINÂMICA RECENTE - POSSÍVEIS PROGNÓSTICOS

POSICIONAMENTO FISCAL EM 2015

- Deficitário, mas fazendo ajustes
- Superavitário em deterioração das contas
- Superavitário mantendo ajuste fiscal
- Deficitário e em trajetória de deterioração

Fonte: FecomercioSP

Santa Catarina segue a mesma trajetória. Seu déficit alcançou a ordem de R\$ 381 milhões. Da região, Paraná é o único que obteve superávit primário (R\$ 2,2 bilhões), mas também está revisando seus gastos.

NORDESTE

Dos sete, cinco apresentaram déficit primário em 2015: Ceará (-R\$ 892 milhões), Bahia (-R\$ 590 milhões), Paraíba (-R\$ 270 milhões), Maranhão (-R\$ 151 milhões) e Piauí (-R\$ 29 milhões). E o pior: continuam em ritmo de deterioração, gastando mais do que recolhem. Quase 42% das receitas da região são provenientes de transferências da União.

Alagoas (R\$ 918 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 704 milhões), Pernambuco (R\$ 199 milhões) e Sergipe (R\$ 152 milhões), além de terem registrado superávit primário em 2015, adotaram políticas de ajuste fiscal visando a equilibrar o orçamento.

SUDESTE

Todos estão em processo de deterioração das contas públicas. Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentaram déficits primários na ordem de R\$ 3,6 bilhões e R\$ 1 bilhão, respectivamente.

Mesmo São Paulo – na liderança nacional em termos de RCL – e Espírito Santo, ainda que com superávits na ordem de R\$ 7,3 bilhões e R\$ 174 milhões, respectivamente, também seguem a mesma trajetória de deterioração.

NORTE

Com exceção de Tocantins (superávit de R\$ 349 milhões) e do Pará (R\$ 53 milhões), que ainda mantêm suas contas positivas, os outros cinco Estados estão deficitários. Desses, Amapá (déficit de R\$ 239 milhões), Acre (-R\$ 80 milhões) e Roraima (-R\$ 97 milhões) já estão em processo de revisão orçamentária. Rondônia (-R\$ 262 milhões) e Amazonas (-R\$ 235 milhões), além de terem registrado déficit primário em 2015, ainda estão em trajetória de deterioração de suas contas.

ESTADO "OBESO"

Segundo a assessoria técnica da FecomercioSP, a catástrofe fiscal está diretamente ligada ao tamanho da máquina pública. Para o assessor econômico da Entidade Fábio Pina, a Constituição Federal de 1988 teve forte participação para o descalabro financeiro, uma vez que muitos dos gastos atribuídos ao Estado têm preceitos institucionais. A previsão que a Constituição faz para as obrigações do Estado não condiz com a capacidade do Estado em prover, afirma. Segundo ele, ao assumir a oferta em larga escala de serviços universais, como saúde, previdência, segurança e educação, entre outros, o Estado, sob um viés paternalista e assistencialista, acaba por oferecer serviços com uma qualidade comprometida.

O economista aponta outro fator: a existência numerosa de municípios. Ele ressalta que a criação e a manutenção de uma estrutura governamental requerem uma despesa excessiva,

fora da realidade de muitos municípios, que poderiam ser incorporados por outros. Preocupantemente, vários deles já nasceram sem condições de sustentar os próprios gastos, não sendo, inclusive, culpa do atual ou do último governo, mas de exigências constitucionais que extrapolaram determinada realidade econômica municipal, completa.

Na visão do professor de Economia da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP), Nelson Marconi, os Estados têm uma estrutura de pessoal que, em parte, não pode ser tão reduzida, pois atende a uma ampla demanda de serviços nas áreas da educação, segurança e saúde. Contudo, justamente por atender a essa demanda, deveria haver um planejamento mais apurado do quadro de funcionários. Por não existir esse planejamento, o Estado acaba indo além do necessário em termos de contratação, onerando sua receita. “Quando a economia está crescendo, isso não gera um problema muito grande, porque eles [os Estados] conseguem dar conta dessas despesas. Mas esse é um gasto permanente, e a receita oscila.”

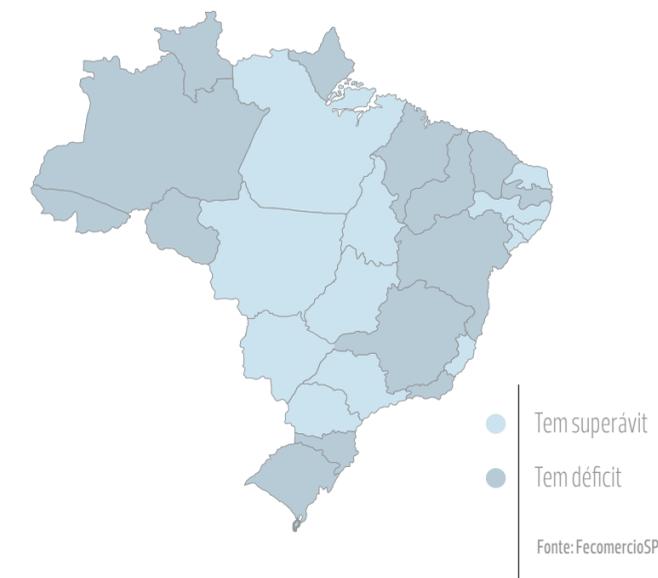
Marconi defende mais cautela nos reajustes salariais e, a exemplo do que está acontecendo com o Rio de Janeiro, fala sobre a importância de aumentar a contribuição dos inativos. É insustentável, no longo prazo, você ter aposentarias integrais que, de certa forma, são financiadas pelo resto da sociedade. Não há um equilíbrio do ponto de vista fiscal.

RELAXAMENTO QUE ENDIVIDA

Aprovada pelo Congresso Nacional em 2000, a LRF – oficialmente, Lei Complementar nº 101 – foi criada justamente para impor responsabilidades aos administradores públicos, estabelecendo, entre outras obrigações, limites e direcionamentos de gastos para União, Estados e municípios, válido para todos os níveis de Poder.

O que se constatou ao longo do tempo foi que a disciplina orçamentária que deveria existir foi sabotada pelos próprios agentes responsáveis por seu controle. Para o professor do Instituto de Direito Público de São Paulo (IDP) José Roberto Afonso, a LRF melhorou a cultura fiscal, mas “o governo federal relaxou, facilitou e induziu o endividamento estadual desde a virada deste século. Não há lei que resista a um governo central perdulário e irresponsável”.

O não cumprimento da LRF também colabora para o alargamento da dívida. Questionada sobre o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados (programa da União que dá condições para que eles consigam pagar suas dívidas, em troca de contrapartidas), Vilma, do Ibre, reforça a necessidade de sua aplicação. Mas enfatiza que a medida não pode ser encarada como a “solução dos problemas”: “O principal ponto é tentar uma medida de curto prazo para conseguir resolver as questões de pagamento de salário e de fornecedor, mas sem perder o foco de que existe uma necessidade de um ajuste em médio prazo, para que lá na frente não precisemos discutir a mesma coisa que estamos discutindo hoje”. Por fim, apoia a



realização de uma reforma tributária “que não gere aumentos de impostos, mas uma arrumação do sistema tributário brasileiro, e melhore a qualidade da arrecadação”.

LONGE DE SER A SOLUÇÃO

Considerar um bom momento como se fosse eterno mostrou mais uma vez que o Brasil, em vez de aproveitar os picos da economia para criar uma poupança, não o fez. Pelo contrário, estimulou ainda mais a “gastança” de forma irresponsável. Nunca um clichê foi tão pertinente como agora: “É com a dor que se aprende”. E o País está sentindo nas entranhas as consequências da perda do controle sobre suas finanças. O Regime de Recuperação Fiscal sancionado pelo governo federal em maio pode ter permitido um fôlego por mais três anos, mas a pergunta crucial é: Será que o Brasil será capaz de aproveitar esse tempo para fazer a arrumação da casa e se preparar para retornar ao crescimento ou mais uma vez deixará que este suspiro seja encarado como o alicerce final?

Não por acaso, o Brasil precisa, mais do que nunca, de reformas emergenciais e de uma nova postura frente às suas próprias transformações e as do mundo. Caso contrário, a fatura para a sociedade só irá aumentar.

&

Água, luz e plano de saúde de qualidade: não dá para ficar sem.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje

é item de primeira necessidade: **não dá para ficar sem.**

Por isso, a **Qualicorp** e a **FECOMERCIO-SP** oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, empregador do comércio.



Planos a partir de

R\$ 247¹



Rede médica
de qualidade²



Livre escolha
com reembolso²



Assistência
viagem²



Carências
reduzidas²



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

0800 799 3003

www.qualicorp.com.br/anuncio



¹R\$ 246,29 - Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2017 - SP). ²A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Julho/2017.



REFORMAS PARA ALÉM DO SISTEMA ELEITORAL

Apesar da baixa popularidade, o governo atual tem agenda concreta: levar o País até 2018. Essa é a base sobre a qual tem negociado com o legislativo. Assim, o presidente busca reunir apoio no Congresso para aprovar as reformas que o Brasil precisa.

texto JOANA SANTANA entrevista HUMBERTO DANTAS | fotos CHRISTIAN PARENTE

Ano que vem, a Constituição completará 30 anos. Em 1988, as regras que regem nossa democracia foram discutidas pela última vez, mas esse é um assunto que jamais pode sair de pauta, uma vez que não estamos parados e nos transformamos ao longo do tempo. Naquela época, não havia a instantaneidade de comunicação dos smartphones, a reação em cadeia das redes sociais e várias formas de trabalho não existiam. A Constituição regulamentou a vida que ela conhecia, muitas vezes olhando para o retrovisor, a fim de evitar problemas do passado, e não os desafios do futuro. Está na hora de renovar a agenda democrática com pautas de curtíssimo prazo, que são urgentes e precisam estar prontas para as eleições do ano que vem, e outras de médio e

longo prazos, debatendo o controle do Estado, no qual a sociedade tem legítimos interesses e ao qual ela deve ter acesso. Essa é a visão do professor do programa em Gestão e Políticas Públicas do Insper, Milton Seligman. O cientista político e diretor-presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), Luiz Felipe D'Avila, aponta alguns caminhos para isso: reaproximar o Congresso da população, responsabilizando o deputado a pensar no seu eleitor; descentralizar o poder, o dinheiro e a autonomia em favor dos municípios por meio de uma reforma fiscal gradual que permita a eles viverem de seus impostos; e a regulamentação do lobby, cuja discussão representa um momento de maturidade política. Ambos concederam entrevista à plataforma UM BRASIL sobre o atual momento do País.

Costumamos pensar em reforma política como uma mudança no sistema eleitoral para aprimorar o que temos hoje. O que mais vem à cabeça quando se fala nisso?

Luiz Felipe d'Avila – Quando penso em reforma política, penso em como fortalecer as instituições. Por exemplo, o verdadeiro federalismo, que é uma coisa importantíssima – devolver poder, dinheiro, autonomia e responsabilidades a Estados e municípios. Acabar com esse centralismo nefasto, porque o País tem várias realidades dentro de uma só. Outra questão fundamental da reforma política é a história do funcionalismo público, que carece de meritocracia. Nós precisamos ter carreiras de servidores que continuem a despeito de o governo mudar, porque são os garantidores da continuidade das boas políticas públicas, cuja interrupção ao mero sinal de mudança no poder representa um dos desastres da nossa história política. São medidas importantes porque farão com que o Estado seja cada vez mais um prestador de serviços à sociedade, em vez de apenas se servir dos seus recursos.

A sociedade parece bastante distante do universo do Legislativo. Seria necessário uma nova forma de enxergá-lo, com maior compreensão de para que ele serve?

Milton Seligman – Nossa sociedade compreende mal as funções dos Poderes porque não está educada para tanto. E temos um Congresso que fica ensimesmado porque é estimulado a isso, a buscar a reprodução do seu poder com base em fortalecimentos internos: estimular o município, que reproduz o mandato do deputado, que volta a Brasília para pedir mais cargos, em um ciclo que não é percebido pela população. Toda essa situação implica a necessidade de uma didática para que a sociedade compreenda a importância da política. A gente fala do populismo, mas o risco de populismo é, de certa forma, filho do risco da negação da política. Porque a negação da política é a causa que leva a isso.

Quando falamos em sociedade, não nos referimos apenas ao cidadão comum. O Legislativo demonstra microgerenciar, e o Judiciário, por vezes, legisla de maneira absoluta. Como educar a sociedade se desvirtuamos nossas funções e comprometemos com as instituições?

Luiz Felipe – É fundamental reaproximar o Congresso da população, responsabilizando o deputado a pensar no seu eleitor, e não na máquina. Hoje ele se preocupa com o sistema, e não com o eleitor. Esse diálogo do eleitor com seu representante é fundamental para dar senso de direção, de prioridade, e para que se reverbere nas políticas esta-

duais e federais. É muito importante reatar esse laço da confiança, já que sem ela não existe democracia. Nós temos de buscar responsabilização, fiscalização e cobrança. Já no Judiciário, há um fenômeno muito momentâneo do vácuo de poder. Como o Legislativo está com a credibilidade ferida e não há vácuo em política, quem está ocupando esse espaço hoje é o Judiciário. Mas eu acho que é fundamental discutir a interpretação das leis. Você tem uma lei que é interpretada pelo juiz de primeira instância de uma forma, e pelo Ministério Público, de outra. Isso só contribui para o descrédito das instituições. É preciso aproveitar esse ativismo judiciário para colocar limites: até que instância essa lei deve ser interpretada e quem é a voz final. Isso é fundamental para reduzir essa insegurança jurídica no País.

Hoje, o poder está pulverizado em muitos pequenos partidos e, para obter maioria, o governo precisa se coligar com seis ou sete outros partidos. Esse esfrelamento partidário no parlamento gerou um desgaste expressivo da instituição no Brasil. Há como reverter isso?

Luiz Felipe – Os partidos definham quando estão distantes do poder e crescem em importância quando estão próximos do presidente e do Congresso, o que demonstra que eles são, na verdade, canais de redistribuição de verbas, favores e apoio. É preciso repensar o papel do partido, que continua a ser vital para a democracia como agente de representação. Nós vivemos uma democracia representativa, mas acho que falta o partido se voltar para a população para explicar as coisas que estão sendo votadas. Os sacrifícios que nós temos de fazer hoje para ganhos futuros. Antigamente, o partido fazia isso por meio de sua militância, por meio da formação de seus quadros. Hoje, isso não existe mais.

Além de todas as reformas necessárias no espectro político, o que deveria mudar na relação do indivíduo comum com o Estado? Qual é a responsabilidade do cidadão nessa história?

Luiz Felipe – A do engajamento da sociedade é muito interessante. O terceiro setor é perfeitamente aceitável, e todo mundo o respeita (até como bandeira política), mas atualmente é o lugar onde acontece o maior número de falcaturas. É justamente o engajamento do terceiro setor, que se tornou um braço esquisito de partidos e mentes, que vem poluindo um agente muito importante. É preciso despoluir, começar a separar o joio do trigo com a história da legalização do lobby, que é um momento de maturidade política muito importante: a gente passa a reconhecer que existem, sim, interesses legítimos.

”

Se nós
desconfiarmos
dos nossos
representantes
das instituições,
não será
possível termos
um sistema
democrático

LUIZ FELIPE D'AVILA



O risco do populismo é, de certa forma, filho do risco da negação da política

MILTON SELIGMAN

Fala-se em “lobby do bem”, “lobby do mal” e há até quem evite o uso da palavra “lobby”. Não seria o momento de estabelecermos que a sociedade, sob qualquer forma de organização, tem direito à representação no Poder Público?

Seligman – Quando falamos sobre governo, falamos sobre duas atividades impossíveis de evitar: uma é a luta política para controlá-lo; e a outra é o legítimo interesse dos diversos grupos em influenciar suas condutas por pressão. Essa discussão, que se deu nos Estados Unidos na primeira emenda da Constituição, em 1791, era sobre o direito constitucional de você peticionar qualquer assunto frente ao Estado, frente ao órgão público. Nós estamos muito atrasados nisso. É importante porque tudo isso que nós estamos vendo no Brasil tem a ver com a relação entre empresa e governo. Na necessidade brutal de recursos que os políticos têm para renovar os seus mandatos, o relacionamento com as empresas tomou um mau caminho, de trocar dinheiro para campanha por influência na política pública de maneira sorrateira e criminoso. Agora, o relacionamento entre empresas e governo faz parte do regime democrático. A discussão é como regulamentar isso de modo que o beneficiário desse relacionamento seja a sociedade. A empresa vai ganhar produtividade, que é isso que ela está buscando, e a autoridade pública deve ganhar o reconhecimento de sua capacidade em seguir dirigindo a *polis*, será visto como um bom político, um bom profissional, que consegue fazer com que, desse encontro, surjam usufrutos para a sociedade.

O que a sociedade ganharia com uma mudança no desenho do pacto federativo, de um modelo muito concentrado no plano federal para outro em que as políticas públicas se dão em um plano mais local?

Luiz Felipe – Eu vejo grandes ganhos nessa descentralização. Primeiro, porque ela aproxima o governo das pessoas, ajuda na responsabilização das autoridades, foca em problemas locais e transforma Estados e municípios em laboratório para testar novas políticas públicas. Testa-se uma política de educação em um lugar, uma de saneamento em outro, e uma de economia de água em outro. Assim, acumulamos uma coletânea de experiências de sucesso que, aí, sim, virariam políticas públicas federais. Isso areja muito o debate político. E, em segundo lugar, a transferência não é só de poder e recursos, mas também de responsabilidade e autonomia. Um governo muito concentrado na esfera federal estimula a dependência do poder local em relação ao central, com consequências nefastas para o País. Se nós radicalizarmos essa descentralização, municípios que não tiverem condições de viver com o seu IPTU, ISS, seus próprios recursos, deixariam de existir. Porque um sujeito que vive de mesada a vida inteira não é um sujeito independente, não é?!

É plausível esperar que um deputado que se elege para representar os interesses dos prefeitos que o sustentam politicamente vote a favor dessa descentralização?

Seligman – Nessas condições, é impossível. Isso só pode acontecer na medida em que outras circunstâncias aconteçam também. Essa não é a mãe de todas as crises, por maior que

ela seja. Ela é uma crise, e nós vamos enfrentar outras ainda. Temos de ir adiante agora, o que envolve decisões de curtíssimo prazo que transformem a organização do parlamento, como o fim das coligações proporcionais e a criação de uma cláusula de representatividade ou cláusula de barreira, de modo a limitar a participação no Congresso. Essa é uma mudança muito maior do que pode parecer porque, com isso, a sociedade passará a olhar o Poder Público como prestador de serviço. Eu não acredito que vamos levar tantos anos para conseguir, pois temos instituições capazes disso. Sou otimista, mas acho que há tarefas urgentíssimas para caminharmos nessa direção, já para 2018.

Em certo sentido a reforma fiscal é uma reforma política?

Luiz Felipe – Certamente. O que nós estamos vendo no Brasil hoje é um falso federalismo que é, na verdade, mais um programa de transferência de renda. Dos 5,8 mil municípios, 90% não conseguem viver sem o fundo de participação. A reforma fiscal resgata a autonomia gerencial de Estados e municípios em relação aos seus recursos. No entanto, eu acho que as reformas devem ser todas graduais, a fim de dar tempo de todo mundo se acomodar. Esse papel do deputado hoje é fruto do sistema. Como o dinheiro está em Brasília, ele tem que ser mesmo o embaixador do prefeito, porque, se não for assim, ele não faz nada. E há prefeitos de pequenas cidades que passam o tempo inteiro em Brasília em vez de governar em sua cidade, porque a verba está em outro lugar. Não adianta dizer assim: “Em 2025, as prefeituras viverão dos seus próprios impostos, do IPTU e do ISS...”

– e eu defendo que o ITR também deveria ser municipal, já que a terra está no município – “... e quem não conseguir viver com isso vai ter que fazer algum tipo de fusão entre municípios e criar outro com receita suficiente e se sustentar”. As caravanas parariam Brasília.

O que esperar de 2018 no que diz respeito ao amadurecimento da cidadania e ao fantasma populista que pode vestir diferentes cores?

Luiz Felipe – Apesar de vivermos uma grave crise econômica, as instituições continuam respondendo de forma muito construtiva. A despeito da baixa popularidade e do Congresso completamente desacreditado, esse presidente acaba de aprovar o teto do gasto público e a reforma trabalhista. Seguimos reformando, apesar da crise. Para 2018, eu vejo dois diferentes caminhos a tomar: o das reformas, difíceis, porém necessárias, ou a agenda populista, com miragens de soluções simples. Em 1994, o País felizmente escolheu as reformas, porque mudou a percepção econômica com o êxito do Plano Real. Então, o que vai mudar a percepção do eleitor para 2018 para ele não cair na armadilha populista é a melhora da economia. Nós não teremos um Plano Real, não haverá essa melhora tão significativa, mas basta a percepção de que as coisas estão mudando para melhor. Ou seja, se voltarem os investimentos e os empregos, mesmo que seja o do vizinho e não o meu, já fica a sensação de que, “poxa vida, aqui já tem um caminho, eu sou o próximo da fila”.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial.

O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do País.

O material está disponível gratuitamente para universidades, instituições, fundações e outras organizações que desejem promover e aprofundar a discussão sobre o Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com



QUANDO O CERTO DÁ ERRADO

O governo de Michel Temer nasceu diferente. Fruto do impeachment da presidente da República, representava, aos olhos da opinião pública, continuidade. Afinal, o vice-presidente fora eleito na chapa encabeçada por Dilma Rousseff e, durante anos, o partido do qual era presidente, o PMDB, foi o principal parceiro dos governos petistas. No entanto, posicionou-se como um governo de mudança, um corajoso promotor de reformas que mudariam completamente a política até então efetivada pelo PT.

O começo não foi fácil. Havia uma crise política de grandes dimensões. O governo, com ampla reestruturação da divisão de poder, teve de ser montado em sete dias. Os adversários acusavam Temer de golpista, o PT estrebuchava e a Operação Lava Jato continuava trazendo suas novidades quase semanais. No *front* econômico, a maior crise da história, com PIB negativo, desemprego, mercado financeiro arisco e aumento do endividamento. Para se ter uma ideia do descalabro, não se sabia nem mesmo o tamanho do déficit público.

Além das dificuldades políticas e econômicas, a sociedade brasileira passava (e passa) por uma monumental crise de valores. Os eleitores se sentiram traídos por Dilma, que prometeu uma coisa na campanha e fez exatamente o contrário no governo. Os cidadãos perderam a credibilidade nas instituições: partidos políticos, Congresso Nacional, dirigentes e lideranças. A opinião pública estava machucada, desconfiada, azeda.

&

Apesar de tudo isso, o governo Temer começou a implementar as mudanças. No início do mandato, o presidente era o oposto de sua antecessora que, entre outras barbaridades, “saudava a mandioca” e “queria estocar vento”. Sóbrio, falando português correto, avesso à “marquetagem”, Temer imprimiu um outro estilo à presidência. Ciente da necessidade de aprovar as reformas, aumentou a interlocução com a classe política. Construiu a maioria parlamentar mais ampla da história, algo inimaginável se levarmos em conta as condições em que assumiu.

Temer montou o *dream team* na economia. O governo escolheu apostar na transparência fiscal e encaminhou ao Congresso uma proposta de meta de R\$ 170 bilhões. Aprovou a “PEC do Teto” – o que representou uma conquista espetacular. Afinal, pedir para políticos brasileiros limitar gastos públicos é mais ou menos como convencer as raposas a não comer as galinhas. A questão é que medidas dessa natureza, embora necessárias, estavam longe de empolgar a opinião pública. Ou alguém já viu uma manifestação de rua favorável à disciplina fiscal?

Outras iniciativas importantes foram adotadas. O governo substituiu Graça Foster por Pedro Parente na Petrobras, um *upgrade* e tanto. Aumentou as exigências para nomeações nas estatais. Formulou um ambicioso programa de concessões e prometeu um ambiente de negócios mais amigável. Na política externa, houve uma guinada: encerrou o alinhamento internacional em função de simpatias ideológicas.

O governo Temer nunca explicou o passivo que recebeu do PT, a herança maldita de verdade. Também encaminhou duas propostas antipáticas: a da Previdência e a trabalhista, que provocaram ampla reação de setores sociais organizados (as corporações). No caso da Previdência, a comunicação falhou feio. Em vez de dramatizar a situação e usar o simbolismo, o governo optou por um discurso técnico-racional que não logrou êxito. A melhora da confiança dos agentes econômicos e alguns indicadores positivos ampliavam lentamente um clima de boa vontade com o governo. Apanhado na delação de Joesley Batista, tudo desmoronou.



RUBENS FIGUEIREDO

é cientista político e integra o Conselho de Sociologia, Economia e Política da FecomercioSP



PROMOVENDO O INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ENTRE A UNIVERSIDADE DE COLUMBIA E O BRASIL

 COLUMBIA UNIVERSITY
IN THE CITY OF NEW YORK

COLUMBIA GLOBAL CENTERS | RIO DE JANEIRO

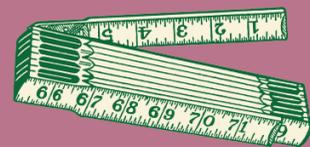
globalcenters.columbia.edu/riodejaneiro

 facebook.com/CGCRio  [@cgcriocenter](https://twitter.com/cgcriocenter)  [@cgcrio](https://instagram.com/cgcrio)



PEC QUER REGULAMENTAR O LOBBY

texto GUILHERME MEIRELLES



Desde 1989, por meio de projeto de lei do então senador Marco Maciel (DEM/PE), o Congresso Nacional tem tentado regulamentar a atividade do lobby, mas nunca houve consenso entre os parlamentares. No segundo semestre do ano passado, em uma iniciativa inédita, 29 senadores de diversos partidos da situação e da oposição elaboraram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 47, que estabelece regras para a atuação de representantes de interesses privados com a administração pública. A PEC 47 precisa ser aprovada em plenário no Senado, depois votada pela Câmara dos Deputados, seguindo então para sanção ou veto da Presidência da República. Apesar do empenho dos senadores, a proposta ainda não tem prazo para entrar na pauta de votação.

De autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), a proposta logo obteve apoio dos colegas. Assinam o texto os senadores Aécio Neves (PSDB/MG), Aloysio Ferreira Nunes (PSDB/SP), Dalirio Beber (PSDB/SC), Dário Berger (PMDB/SC), Deca (PSDB/PB), Edison Lobão (PMDB/MA), Eduardo Braga (PMDB/AM), Elmano Férrer (PMDB/PI), Eunício Oliveira (PMDB/CE), Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Hélio José (PMDB/DF), José Agripino (DEM/RN), Jose Aníbal (PSDB/SP), Pastor Valadares (PDT/RO), Paulo Bauer (PSDB/SC), Paulo Rocha (PT/PA), Raimundo Lira (PMDB/PB), Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Roberto Muniz (PP/

BA), Ronaldo Caiado (DEM/GO), Rose de Freitas (PMDB/ES), Tasso Jereissati (PSDB/CE), Valdir Raupp (PMDB/RO), Wellington Fagundes (PR/MT) e Zezé Perrella (PMDB/MG).

O principal objetivo da proposta é proporcionar visibilidade e transparência aos profissionais da área, que passariam a ser denominados “agentes de representação de interesses”, em substituição ao desgastado “lobista”. A conotação pejorativa associada ao termo escalou até se tornar sinônimo de atividades criminosas, principalmente após as descobertas decorrentes da Operação Lava Jato, em que envolvidos em casos de corrupção na Petrobras passaram a ser qualificados como “lobistas”. É o caso de Fernando Baiano, condenado pela Justiça por receber e intermediar propina entre o PMDB e os diretores da Petrobras.

Essa associação feita pela mídia mancha a imagem dos profissionais que atuam de maneira limpa e honesta no campo das relações institucionais, afirma o presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), Guilherme Cunha Costa. “Nunca tinha ouvido falar em Fernando Baiano antes dos escândalos. Temos 213 profissionais associados e 14 empresas na entidade. Nenhum membro ou companhia sequer foi citado na Operação Lava Jato, o que comprova que é possível trabalhar com legitimidade e que nos diferencia daqueles que convivem nas sombras”, esclarece.

Pelo texto da PEC 47, a identificação dos profissionais deixará evidente o nome da empresa para a qual trabalham e os interesses que defendem. Ainda de acordo com a proposta, os agentes terão livre acesso às instalações físicas tanto do Legislativo como do Executivo, desde que devidamente credenciados por cada órgão. No Legislativo, terão o direito de se manifestarem nas comissões e apresentar emendas e projetos, funções hoje executadas exclusivamente por parlamentares. Já no Executivo, ganharão o direito de pedir encontros com ministros, secretários, prefeitos, governadores e até com o presidente da República.

A PEC 47 é vista com bons olhos pelo presidente da Abrig. “A proposta dos senadores tem a importância de levar para a Constituição o reconhecimento da nossa atividade. Ela vai além da regulamentação do lobby e pode servir como referência para as futuras legislações estaduais

e municipais. Esse é o ponto mais relevante da proposta”, afirma Costa. Ele observa, porém, que há pontos que transcendem as reivindicações do setor. “Há detalhes excessivos, como pedir o uso do microfone em audiências ou apresentar emendas a projetos. Essas são funções que cabem aos parlamentares eleitos com essas prerrogativas. Se apoiarmos essas medidas, estaremos sendo corporativos”, pondera.

Hoje, tramitam no Congresso mais cinco projetos de lei que tratam do tema. Por questões políticas, os projetos acabam parados nas comissões e nunca chegam ao plenário. Para o assessor jurídico da FecomercioSP Alberto Borges, o mérito da PEC 47 é agregar em um único texto os pontos mais relevantes desses projetos de lei e incluí-los na Constituição, por meio do artigo 38-A, dando, assim, a devida legalidade à atividade. “A regulamentação do lobby é o aprimoramento das regras de *compliance*, de acordo com a Lei nº 12.846/2013, pela qual as entidades e as empresas devem agir por meio de normas sustentadas por princípios éticos”, opina.

TRANSPARÊNCIA

Na mesma linha, o coordenador da Comissão Anticorrupção e Compliance do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), Bruno Maeda, acredita que a aprovação da PEC 47 terá efeitos positivos na imagem dos profissionais que hoje atuam no setor. “Na medida em que os interesses em jogo se tornam transparentes, as ações negativas de uma minoria

se mostrarão mais evidentes e estarão suscetíveis à punição legal”, garante. Segundo a PEC 47, os agentes de representação de interesses serão equiparados legalmente a um funcionário público, podendo ser responsabilizados por atos de improbidade administrativa e ficando sujeitos às devidas ações civis, penais e administrativas. Oferecer ou promover vantagens financeiras, favores ou recompensas aos agentes públicos estão entre as proibições previstas à categoria.

Para o economista o secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, a aprovação pode ser um duro golpe contra a corrupção. “O lobby sorrateiro é perigoso. Se alguém em uma audiência tiver um crachá com a identificação de uma empresa ou de um setor, fica mais fácil saber quem é quem. Os interesses das empreiteiras envolvidas na Lava Jato seriam mais difíceis de serem concretizados, caso já houvesse essa transparência. Não resolve a corrupção, mas diminui”, aposta.

Se a proposta avançar no Congresso e for sancionada pelo Executivo, o Brasil se enquadrará na recomendação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), feita em 2010, para que os todos países tenham legislações específicas para o lobby. No caso específico do Brasil, o relatório da OCDE orienta especial atenção nos casos de licitações e contratos, com ampla divulgação da documentação relacionada à obra ou ao serviço, antes mesmo da contratação, como os recursos de empresas eliminadas,

CONOTAÇÃO PEJORATIVA ASSOCIADA AO TERMO GANHOU NOVA DIMENSÃO ATÉ SE TORNAR SINÔNIMO DE ATIVIDADE CRIMINOSA, PRINCIPALMENTE APÓS A OPERAÇÃO LAVA JATO

aditivos contratuais e pesquisas de preço. O relatório propõe ainda mudanças no Portal da Transparência para permitir comparações com despesas em anos anteriores.

Desde a década passada, União Europeia, Estados Unidos e países vizinhos, como Chile, estão aperfeiçoando seus mecanismos de regulação do lobby. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde a atividade é regulamentada desde 1946, houve um endurecimento das normas em 2007, que resultou em uma maior dificuldade no credenciamento de agentes e, por consequência, em mais burocracia.

SALA DE AULA

Segundo o coordenador de MBA em Relações Governamentais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Brasília), Rodrigo Navarro, o ideal é apostar em um processo de capacitação que forme profissionais para agir de forma ética e transparente. Há dois anos, a FGV/Brasília lançou um curso na área, oferecido também em São Paulo e, em breve, no Rio de Janeiro. “Estamos atraindo advogados, engenheiros, jornalistas, economistas e até profissionais de educação física”, enumera.

Navarro informa que as modernas legislações sobre o lobby envolvem quatro conceitos básicos, recomendados pela OCDE: acesso universal dos interesses privados no setor público; transparência em relação à agenda a ser tratada entre o agente privado e o setor público; integridade, garantida por rigorosos códigos de ética tanto das empresas quanto das instâncias governamentais; e implementação, que diz respeito à simplicidade das normas.

Para ele, quanto mais acadêmico for o exercício da atividade, maior a valorização das competências tanto individuais (como ética, capacidade de negociação, comunicação interpessoal e conhecimentos de marketing) como corporativas (isto é, a cultura de cada empresa, incluindo o seu código de conduta). “No Brasil, tradicionalmente havia a busca de lobistas com *networking*, ou seja, que tivessem trabalhado em

áreas de alto escalão dos governos e conhecessem pessoas de influência nos gabinetes”, compara Navarro.

No setor de relações governamentais, o caso recente mais conhecido é o da JD Assessoria e Consultoria, empresa comandada pelo ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, condenado em primeira instância na Operação Lava Jato por corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo investigação conduzida pelo delegado da Polícia Federal Marcio Adriano Anselmo, a JD atendia cerca de 60 clientes, como as empreiteiras OAS, UTC e Engevix, entre outras, e contava com apenas um funcionário com nível superior, o que leva a crer que se tratava de uma empresa de fachada. Entre 2006 e 2012, a JD faturou R\$ 29 milhões, sendo R\$ 3,7 milhões de construtoras envolvidas na Lava Jato. José Dirceu fechou a empresa em abril de 2015.

Para o professor de Estratégia do Insper, Sergio Lazzarini, casos como o de Dirceu deveriam contar com uma legislação que estabelecesse um período de quarentena para pessoas que tenham exercido cargos públicos de alto escalão. “José Dirceu tinha todos os caminhos dentro do governo, e isso cria uma concorrência desleal no mercado de lobistas”, afirma.

Lazzarini enxerga a PEC 47 como um avanço no campo da transparência, mas defende um aperfeiçoamento do texto quanto ao modelo de credenciamento dos agentes nos órgãos públicos. “A proposta prevê que cada órgão faça o seu próprio cadastramento. Eu acredito que a melhor forma seria por uma plataforma aberta na internet”, sugere. Desde 2013, o Insper, em São Paulo, oferece um curso de extensão universitária em Relações Governamentais, voltado para executivos. “A procura tem sido constante e, com a regulamentação do lobby, o interesse pelo tema tende a crescer”, acredita Lazzarini.

&

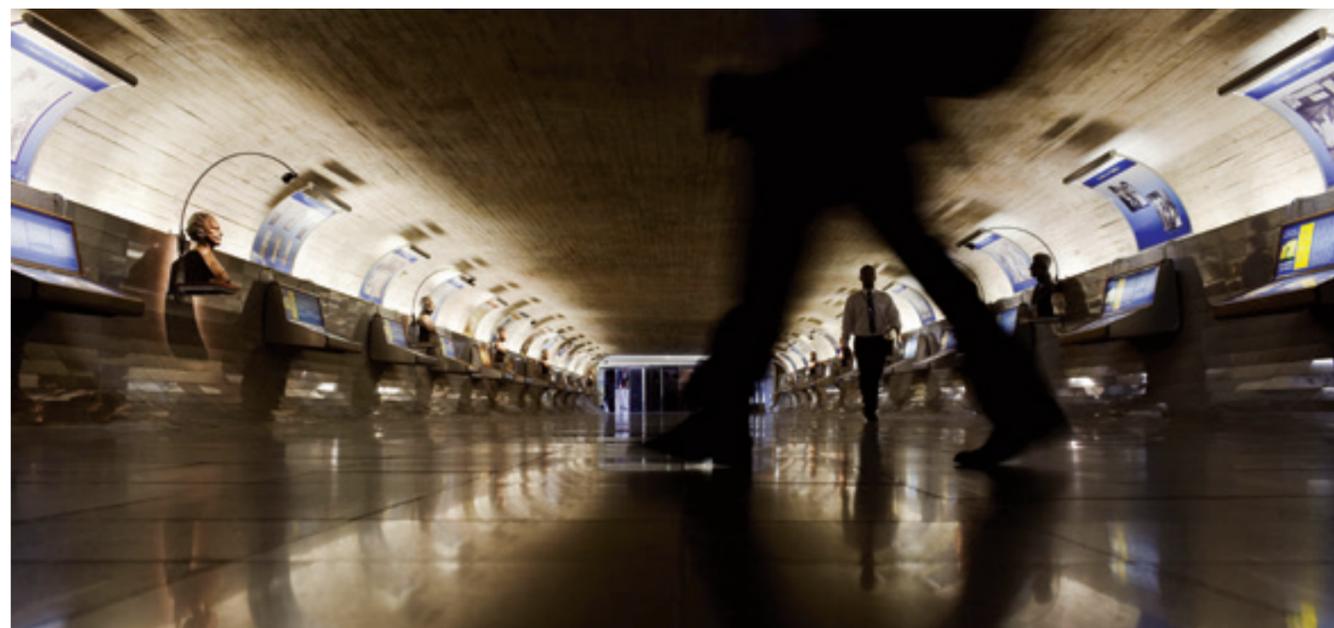


Foto: Lalo De Almeida/Folhapress

CURSOS EAD SENAC

- Cursos Livres • Cursos Técnicos
- Graduação • Pós-graduação
- Extensão Universitária

Mais de 200 opções de cursos em diversas áreas para você aprender com a qualidade Senac e estudar no seu ritmo.

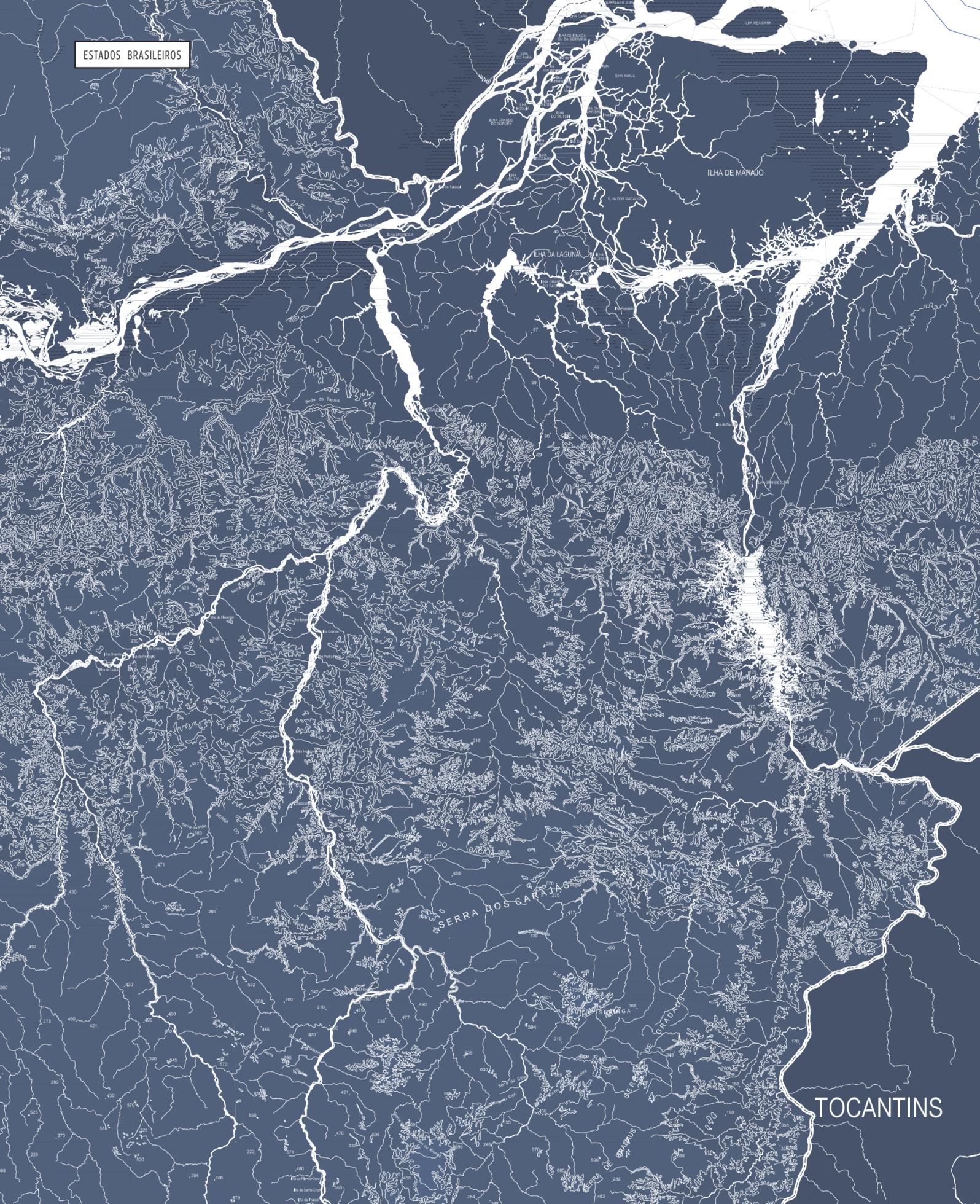
www.ead.senac.br

CONHECIMENTO

NO RITMO
DA JÉSSICA


Senac

O MELHOR ENSINO A DISTÂNCIA DO PAÍS.



Mapa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

PARÁ UM ESTADO DE CONTRASTES

Ao sobrevoar o Pará, é possível avistar um Estado repleto de riquezas naturais, cortado por seis grandes rios – inclusive o Amazonas –, com as potentes turbinas da usina de Belo Monte, construída para ocupar o posto de maior hidrelétrica do mundo. Diversos canteiros de obra funcionam a todo vapor para dinamizar a única economia que passou praticamente imune à forte recessão que estagnou o País nos últimos anos.

texto FABÍOLA PEREZ

A

Ao mesmo tempo, comunidades ribeirinhas e indígenas até hoje enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos, como escolas e postos de saúde. Populações de cidades mais distantes da capital, Belém, levam dias viajando em barcos para chegar às regiões metropolitanas. Apesar da desigualdade que persiste, o Estado vem apresentando um desempenho na contramão de economias do Sul e do Sudeste, que historicamente ajudaram a elevar o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Um estudo da consultoria Tendências revelou essa expansão acelerada. Segundo o levantamento, o Norte deverá alcançar um crescimento de 3,9% do PIB neste ano, à frente de todas as outras regiões. “Nesses Estados, há uma maturação de uma série de investimentos, e a economia se torna mais favorável ao processo de retomada”, afirma o economista e responsável pelo estudo, Adriano Pitoli.

O Pará, que protagonizou a descoberta e a corrida pelo ouro na década de 1960, hoje apresenta indicadores de crescimento que o colocam novamente no mapa da mineração mundial. A combinação entre atividades em crescimento, parcerias público-privadas e a alta do preço do minério de ferro no mercado internacional ajudam a ex-

plicar os índices de desenvolvimento mesmo em tempos de crise. “Vivemos uma fase de ufanismo econômico”, diz o presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), Eduardo Costa. As contas públicas foram ajustadas em 2015 na economia paraense. Além disso, companhias de setores pujantes, como mineração, energia e agronegócio, injetam aportes gigantescos em projetos no território. O mais recente deles está localizado na cidade de Canaã dos Carajás, na região sudeste. Inaugurado pela Vale em dezembro do ano passado, o S11D Eliezer Batista tem como objetivo ser o maior projeto de mineração da história da empresa e da indústria mundial da mineração. A expansão do complexo de Carajás está orçada em US\$ 14,3 bilhões e vai ampliar em 90 milhões de toneladas de minério de ferro a capacidade anual de produção da companhia. Segundo estimativas, em 2019, o Pará deverá assumir a liderança na produção de minério de ferro, desbancando Minas Gerais.

Além disso, o território paraense tem uma produção abundante em bauxita e alumina, matérias-primas destinadas à produção de alumínio. Para se ter uma ideia, o Estado sozinho responde por 85% da produção brasileira da bauxita. No ranking mundial, o País produz 31 milhões de toneladas, o que equivale a 14% do montante mundial, atrás apenas da Austrália, com 30,4%, e da China, com 21%. Diversas empresas foram atraídas pelas condições naturais favoráveis. Entre os principais grupos estão a Votorantim Metais; a Mineração Rio do Norte, um consórcio de empresas lideradas pela Vale, em Oriximiná; a multinacional americana Alcoa, que atua em uma mina no município de Juriti; e a norueguesa Norsk Hydro, em Paragominas. O governo tenta também atrair transformadoras do metal para se tornar um polo da cadeia do alumínio. “A iniciativa privada está alinhada ao Governo do Estado e aponta níveis de investimento para a exploração racional e segura para crescermos ainda mais nos próximos anos”, afirma o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), José Conrado Santos. “Em vez de apenas extrair, vamos intensificar e melhorar a cadeia produtiva do alumínio.” Segundo Costa, da Fapespa, o Estado apresenta contínuos superávits comerciais explicados pelo aumento do volume de minério exportado.

GRANDES PROJETOS

Uma obra ainda mais imponente é a construção da hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do Rio

ÚNICO ESTADO BRASILEIRO IMUNE À RECESSÃO, O PARÁ TERÁ QUE SUPERAR AGORA SEU MAIOR DESAFIO: ACABAR COM O RASTRO DE DESIGUALDADE E POBREZA NAS CIDADES QUE RECEBERAM AMBICIOSOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Xingu, próximo ao município de Altamira. A estrutura que vem sendo erguida ainda impressiona quem passa pela região. Até 2019, a previsão é de que sejam instaladas 18 turbinas. Hoje, dez já estão em funcionamento. Atualmente, a usina é considerada a quarta maior do mundo, com capacidade de gerar 11 megawatts de energia e atender 60 milhões de pessoas em todo o Brasil. Não por acaso, a nova oferta gerada pela hidrelétrica aquece o mercado do alumínio, que exige o consumo de elevada quantidade de energia elétrica. De acordo com o consórcio Norte Energia, conjunto de empresas responsáveis pela construção da usina, o projeto beneficiaria pelo menos 11 cidades próximas a Altamira. Entretanto, envolve em polêmicas, em abril deste ano a Corte Especial do Tribunal Regional da 1ª Região suspendeu uma liminar que garantia o funcionamento da hidrelétrica. “As ações previstas não foram colocadas em prática e todo o custo foi transferido para a população atingida”, diz a procuradora do Ministério Público do Pará, Thaís Santi. Desde o início da construção, em janeiro de 2011, a obra acumula denúncias de irregularidade, como falta de saneamento básico à população atingida e alagamento de terras indígenas. À época, a obra foi orçada em R\$ 16 bilhões. Hoje, os custos já ultrapassam R\$ 30 bilhões.

Outro setor considerado estratégico é o agronegócio. De acordo com o Boletim Agropecuário do Estado, elaborado pela Fapespa, o Pará dispõe do maior rebanho da Região Norte e do quinto maior do País. Na última década, o efetivo cresceu acima da média nacional, deixando o setor ainda mais pujante. “A evolução da pecuária bovina no Pará está relacionada à disponibilidade de terras a preços mais baixos do que em outras regiões, ao clima favorável, às pastagens e ao melhoramento genético dos animais”, diz o relatório do órgão. O Estado também é líder no ranking nacional do rebanho de búfalos. O problema é que o crescimento da agropecuária se dá às custas de um intenso desmatamento de áreas de floresta. “As regiões sul e sudeste do território são muito impactadas pelo agronegócio e pela exploração mineral”, explica o professor de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), Armando Lirio. Uma das soluções já pensadas é a diversificação da matriz econômica do agronegócio. Para o pesquisador da Empresa Brasileira



Foto: Lalo De Almeida/Folhapress



Foto: Folhapress/Folhapress

1. Na década de 1980, Serra Pelada atraiu garimpeiros em busca de rápido enriquecimento. Após a paralisação da extração de ouro, a região ficou marcada por violência, prostituição e problemas de saúde

2. Envolve em polêmicas, Usina de Belo Monte acumula denúncias de irregularidade, como falta de saneamento básico à população atingida e alagamento de terras indígenas

de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Amazônia Ocidental, Alfredo Oyama Homma, é preciso promover o processo de desenvolvimento da agricultura regional. “A mandioca, a soja, o milho, o dendê e o cacau são megaculturas que passaram a ocupar áreas de pastagens degradadas e abandonadas com uma agricultura mais intensiva”, afirma. “Os pequenos produtores também devem fazer parte desse processo.”

Para diversificar as fontes de investimento e identificar as áreas mais atraentes a investidores, o governo lançou no ano passado o projeto Pará 2030. As perspectivas são positivas. Um estudo do banco Santander estimou que o PIB paraense crescerá 2,5% neste ano, número bem superior à alta de 0,7%, prevista para o Brasil. A Fapespa também calcula um crescimento de 2,09%. Entre 2017 e 2020, o órgão vinculado ao governo calcula que haverá um aporte de R\$ 124 bilhões em obras da indústria extrativa, usinas de energia elétrica e infraestrutura logística. Em relação ao potencial do mercado mineral, segundo Santos, da Fiepa, cerca de 60% do território paraense ainda precisam ser pesquisados. O projeto propõe 17 medidas para investimentos e incentivo a 12 setores, como agronegócio, agricultura familiar, pesca, biodiversidade, logística, turismo e gastronomia. A meta é elevar a renda per capita do Estado em 5,3%, a cada ano, até 2030. Como é uma espécie de “ponte” entre a Amazônia e os mercados americano e europeu, o Pará está na lista de prioridades do projeto de acelerar a concessão de licenciamentos ambientais ou ampliar a infraestrutura que atende às cadeias produtivas.

Não é de hoje que o Pará ocupa o centro das atenções. Pouco depois da descoberta da primeira jazida de minério de ferro, em 1967, teve início a exploração da região pela Amazônia Mineração, composta pela estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce e pela americana US Steel Corporation. Depois, a Vale se uniu a um grupo japonês no Grande Projeto Carajás. Em 1980, surgiu a nova promessa que atraiu holofotes de todo o País. Localizada no sudeste do Pará, a Serra Pelada atraiu garimpeiros de diferentes Estados em busca do rápido enriquecimento. No entanto, o maior garimpo a céu aberto se tornou uma região marcada por violência, prostituição, mortes, problemas de saúde e condições precárias. Em 1992, houve a paralisação da extração de ouro nas jazidas. Hoje, outros projetos chamam a atenção de investidores de todo o mundo. Companhias chinesas como a State Grid e a China Three Gorges (CTG)

Belo Monte é considerada a quarta maior usina do mundo, com capacidade de atender 60 milhões de pessoas em 17 Estados. Obra deverá custar R\$ 30 bilhões



Foto: SÉRGIO CASTRO/ESTADÃO CONTEÚDO

miram a compra da Usina de Belo Monte. A uma distância de 13 quilômetros da hidrelétrica, um projeto ainda maior deve causar mais polêmica. A canadense Belo Sun pretende instalar a maior mineradora de ouro do mundo para extrair 600 toneladas do metal em 12 anos. O projeto esbarra, porém, em condicionantes ambientais e afeta comunidades indígenas. “Observamos a propaganda desses setores mais dinâmicos, mas não temos infraestrutura qualificada para atender à demanda que se cria”, afirma Lírio, da UFPA. “Planejamento urbano e saneamento básico são condições essenciais que precisam ser melhoradas e hoje ficam nas mãos do setor privado”, observa.

ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO

Assim como em outros Estados brasileiros, a infraestrutura é um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento. Um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Pará (Fiepa) identificou um potencial de R\$ 200 bilhões em investimentos até 2020. Enquanto a maior parte dos projetos de ferrovias, rodovias e hidrovias está parada, a multinacional americana Cargill, que começou a atuar por lá em 1995, investiu na ampliação dos terminais portuários, como o de Santarém. Em 2015, foram injetados R\$ 240 milhões na obra para elevar a capacidade do local de 2 milhões de toneladas anuais para 5 milhões. O Pará tem uma importância geográfica comparada ao que a cidade de Santos, por exemplo, tem para o Sudeste. Por isso, investir na logística significa reduzir custos e elevar a produtividade para todo o território nacional. “No oeste do Estado, a produção de soja foi muito impactada pelas condições precárias da BR-163”, ressalta Lírio. A conclusão do asfaltamento da rodovia renderia uma economia de R\$ 1,4 bilhão ao

REGIÃO DETÉM O MAIOR PROJETO DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DO MUNDO, POSSUI A QUARTA MAIOR USINA HIDRELÉTRICA DO GLOBO E PROMETE ALCANÇAR AINDA MAIS PUJANÇA NO AGRONEGÓCIO

ano, segundo cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Esse é o principal gargalo para o escoamento da soja do Centro-Oeste para os portos do Norte do Brasil”, explica o economista.

Em todo o Pará, segundo Santos, da Fiepa, há iniciativas do setor privado para minimizar as deficiências de infraestrutura. “A logística é o setor em que estamos mais carentes”, afirma. Além da iniciativa da Cargill no Porto de Santarém, outras empresas estão erguendo portos de médio porte para o escoamento da produção. Exemplo disso é a construção de um porto e de um complexo industrial na região de Barcarena pela empresa argelina Cevital. Outro projeto relevante para o agronegócio é o chamado “Arco Norte”, que compreende a construção e instalação de portos nos Estados de Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará e Maranhão. A previsão é de que, em dez anos, quase 20 milhões de toneladas de grãos escoem pelos terminais do Norte e desafoguem os do Sudeste. No Estado, as obras se concentram nas cidades de Barcarena e Santarém. Outra região estratégica é Miritituba, no município de Itatuba. Segunda a Fapespa, estão previstas 26 estações de transbordo de carga e cinco pátios para transportadoras. O primeiro terminal em funcionamento na região, que recebe cargas de caminhões do Mato Grosso, pertence à empresa multinacional de agronegócio e alimentos Bunge.

O funcionamento de setores como energia elétrica, agronegócio, infraestrutura, logística e extração mineral transformaram a região em um gigantesco canteiro de obras. A maioria desses projetos, em sua fase inicial, promete melhorias tanto para o planejamento urbano das cidades em que se instalam quanto para a vida dos profissionais que atuam nas obras. No entanto, outro desafio passa pela oferta de trabalho aos que perderam

o emprego após a conclusão dos projetos. O problema afetou fortemente a cidade de Altamira, próxima à Usina de Belo Monte, que até hoje sofre com o inchaço populacional e a falta de recursos para atender novos moradores, e, mais recentemente, o mesmo ocorre em Canaã dos Carajás, onde está o ambicioso projeto da Vale. No auge das obras, 15,7 mil funcionários trabalharam na implementação da mina e da usina, praticamente metade da população da cidade. Em janeiro deste ano, com o projeto em operação, aproximadamente 2,7 mil pessoas estão empregadas. “Nada fica no lugar desses empreendimentos, que se tornam enclaves sociais que não olham para frente”, afirma Lírio. “Cria-se uma dinâmica de exploração, mas as contrapartidas sociais e financeiras são muito lentas, as cidades se transformam em verdadeiros caos urbanos, muitas vezes sem um impacto positivo direto.”

Nesse sentido, muitos aspectos precisam ser melhorados. A mesma estrutura econômica que permitiu destaque internacional ao Estado tem deixado parte da população à margem das melhorias previstas. E mais: a qualidade de vida de outra parcela tem piorado. A origem desse desequilíbrio, segundo economistas, está na exportação de minério de ferro isenta do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). “A nossa base econômica é pouco tributável, é um modelo muito perverso”, afirma Costa, da Fapespa. O órgão estima que, nos últimos 20 anos, o Pará tenha perdido R\$ 44,1 bilhões em função da Lei Kandir, que regulamentou a desoneração do ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados. Ao mesmo tempo, os investimentos bilionários realizados nos últimos anos vêm atraindo um número cada vez maior de migrantes de baixa escolaridade, que acabam sem acesso às condições básicas. “Aumenta-se o passivo social e não se dá a devida contrapartida financeira. Isso gera o aumento da economia informal, da população cooptada pela criminalidade, pelo tráfico e pela prostituição”, diz Costa.

Além disso, se nada for feito, o Estado deverá enfrentar num futuro não muito distante o impasse do fim de alguns recursos naturais. Ambientalistas e representantes do Poder Público concordam que as mineradoras, como a Vale, deveriam ser obrigadas a oferecer compensações ambiental e econômica maiores. Na área de extração de madeira, a Fiepa desenvolveu um projeto para recuperar o potencial de áreas degradadas, por meio de novas formas de manejo. “Queremos

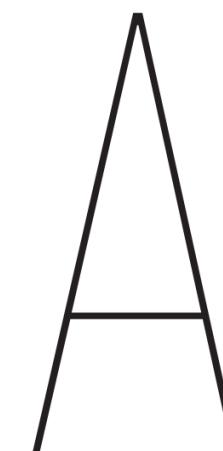
criar uma consciência no setor de base florestal, na exploração da madeira”, explica Santos. “O governo oferece concessões para empresas que se habilitem a explorar racionalmente pelas técnicas do manejo.” Em relação à exploração mineral, o economista da UFPA defende que deveriam ser criadas formas mais eficientes de fiscalizar a atividade de mineração. “Um maior controle do que está sendo retirado, o olhar dos governos federal e estadual para a extração predatória deveria ser imediato.” Por fim, a atividade industrial também deverá apresentar melhoras, de acordo com a Fiepa. “A expectativa é que os investimentos melhorem o preço final dos nossos produtos, tornando-os mais competitivos”, destaca Santos. “Assim, a balança comercial do Estado terá uma melhora em termos quantitativos e qualitativos.”

PROBLEMA ESTRUTURAL

Se por um lado o Pará conseguiu passar imune pela crise econômica, por outro, é dono de um dos piores cenários sociais. Até a década de 1990, toda a infraestrutura de saúde estava concentrada apenas na capital. Depois disso, mesmo com a descentralização, até hoje não foram suficientes para sanar a falta de cobertura. Além disso, o Pará é um dos Estados brasileiros que mais sofre com os altos índices de violência no campo. Desde abril de 1996, quando 19 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados pela polícia militar no episódio que ficou mundialmente conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás”, mais de 270 trabalhadores e lideranças rurais foram mortos, em luta pela regularização fundiária. Para a assessora técnica de cadeias produtivas da sociobiodiversidade do Instituto Socioambiental (ISA), Fabíola Silva, a melhor forma de reduzir o desmatamento é articular populações indígenas para monitorar e conservar as florestas. “Com uma alternativa de renda sustentável e base nas atividades que já exerciam, eles podem manter com dignidade seu modo de vida.” Somente enfrentando problemas estruturais como esses, que freiam a produtividade e impedem os avanços na educação, o Estado poderá se consolidar como importante polo de desenvolvimento para o Brasil e para o mundo.

&

O NÓ DO TRÂNSITO



As cidades brasileiras incharam a partir da segunda metade do século 20. Enquanto apenas 36% da população do País viviam em cidades em 1950, 84% dos habitantes do Brasil já estavam morando em regiões urbanas em 2010. O resultado foi uma explosão de problemas relativos à mobilidade, já que uma massa imensa de pessoas precisa se deslocar diariamente pela mesma área – a maioria, nos mesmos horários, congestionando o espaço. Trajetos usuais entre casa, trabalho e escola acabam ocupando boa parte do dia das pessoas e, em alguns casos, chegam a se tornar uma tortura pela falta de infraestrutura urbana e problemas correlatos. Por isso, foi instituída a Lei nº 12.587, em 3 de janeiro de 2012, que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade (PNM).

“Essa lei é fruto de uma discussão que levou duas décadas e estava no Congresso desde 2001”, explica o superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Luiz Carlos Néspoli. A ANTP é uma organização não governamental fundada há 40 anos por técnicos do setor com o objetivo de promover ações em prol do transporte público de qualidade e de uma mobilidade urbana sustentável. “Mas a Lei nº 12.587/12 não é aplicável, pois não define o que deve ser feito, ela apenas determina que municípios com mais de 20 mil habitantes devam elaborar seu Plano de Mobilidade Urbana (PMU) e quais de-

vem ser suas prioridades”, esclarece. Uma dessas prioridades estabelecidas pela PNM é dar preferência ao transporte não motorizado, a pé ou de bicicleta. Entre os modos de transporte motorizados, os ônibus estão no topo da hierarquia.

Muitos municípios começaram a elaborar seu PMU em vez de tomar algumas atitudes imediatas, como priorizar o ônibus, porque havia um prazo de três anos para requerer recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) disponíveis para essas ações. O resultado é que apenas 20% dos recursos disponíveis do PAC para a área de mobilidade urbana foram alocados, já que a maioria das cidades não tinha capacitação para formular projetos de gestão de transporte e cumprir todas as exigências para obter o financiamento, como não estar inadimplente com a União. A maioria dos projetos apresentados tinha falhas graves em sua concepção, avalia Néspoli, como demandas de transporte mal dimensionadas e, conseqüentemente, custos insustentáveis.

ALTO CUSTO

Para a arquiteta Meli Malatesta, especializada em mobilidade urbana, as políticas públicas que priorizam o uso do automóvel são o principal entrave do setor no Brasil. “Essa é uma solução que não é sustentável e cria outros problemas para a cidade como um todo, pois exige que um grande espaço seja reservado para estacionar esses carros. Como poucas pessoas andam a pé, as ruas ficam mais vazias e inseguras, e o comércio nas vias urbanas fecha as portas, levando as pessoas aos shopping centers, que têm alto custo de operação.” Ela lembra que há décadas a indústria automobilística é um dos pilares da economia nacional, o que explica, em parte, a resistência em mudar o modo de pensar em relação a transporte e mobilidade urbana.

texto SILVIA KOCHEN

Sabe-se que custo da mobilidade é alto, mas não necessariamente o quanto, uma vez que há inúmeros custos ocultos e praticamente impossíveis de avaliar, como os gastos com a saúde causados pela poluição dos veículos, por exemplo; ou de um carro particular, que, além da gasolina, exige manutenção, seguro, impostos, limpeza e higienização, entre outros. Isso explica a razão de cada estudo apontar um valor diferente. E além do preço pago diretamente por cada usuário, há um custo social que corresponde a despesas com pavimentação de ruas, sinalização, fiscalização do trânsito, manutenção das vias e até mesmo a equipe de socorro que, eventualmente, tem que resgatar acidentados. A arquiteta cita um estudo canadense que estima que esse valor seja 9,2 vezes o gasto dos indivíduos com seus automóveis.

No Brasil, a ANTP fez um estudo com objetivo semelhante em 2013. Segundo a entidade, com o aumento do número de carros nas ruas brasileiras (que saltou de 17 milhões de veículos em 1998 para mais de 50 milhões atualmente), o espaço nas ruas diminuiu, prejudicando o transporte público e aumentando o seu custo. É que o congestionamento reduziu a velocidade média dos ônibus, levando à necessidade de aumentar a frota para transportar o mesmo número de passageiros, o que tem um impacto na tarifa. O aumento de veículos em circulação também resultou em maiores gastos com a manutenção do sistema viário. Segundo a ANTP, o ônus dos cofres públicos com a manutenção de vias em cidades com mais de 60 mil habitantes no Brasil representou, em 2013, um gasto de R\$ 8,7 bilhões para o transporte individual (carros e motos) e de R\$ 2,5 bilhões para o transporte público, responsável pelo mesmo volume de pessoas transportadas que os veículos particulares.

Há, ainda, o cálculo do custo do transporte coletivo para a elaboração das tarifas, que, embora seja complicado, ficou mais confiável com a massa de informações disponível hoje, garante Néspoli. A bilhetagem eletrônica permite uma avaliação real do volume de passageiros, coisa que antigamente era duvidosa porque dependia de informações das empresas, nem sempre confiáveis. O mesmo vale para os sistemas de GPS que rodam com os ônibus e que monitoram, em tempo real, quantos quilômetros o sistema roda.

Nessa conta, o custeio inclui fontes de receita extratratárias, como o subsídio de R\$ 3 bilhões pagos anualmente pela Prefeitura de São Paulo para as empresas de ônibus que atuam no município.

Néspoli sustenta que a sociedade tem de discutir quem deve pagar essa conta, que atualmente sai do bolso dos contribuintes de IPTU e ISS paulistas. Seria o caso de criar um pedágio urbano? Ou uma taxa sobre a gasolina ou o vale-transporte? Os donos do transporte individual – leia-se carro – deveriam contribuir para custear o transporte coletivo? Néspoli observa que atualmente há uma espécie de “pedágio urbano às avessas” pois, com o excesso de carros, a mobilidade dos ônibus é prejudicada, e são esses últimos que pagam, indiretamente, sobretaxa para trafegar pelas ruas.

INTELIGÊNCIA

Especialistas em mobilidade afirmam que só um sistema de transporte urbano inteligente seria capaz de reduzir o custo, ao mesmo tempo em que garantiria qualidade razoável. Isso pode ser alcançado quando se introduz racionalidade no sistema, exemplifica Néspoli, associando o Plano Diretor das cidades com os respectivos PMUs, o que não acontece hoje. O resultado seria um transporte integrado entre vários modais (não motorizado, sobre rodas e sobre trilhos), e cuja capilaridade e frequência facilitariam o acesso dos usuários. Como muitos brasileiros hoje moram em uma cidade e trabalham no município vizinho, seria importante também que várias instâncias de governo adotassem ações conjuntas.

Em curto prazo, a solução é dar prioridade ao transporte coletivo, criando faixas exclusivas para ônibus, e investir no transporte não motorizado, como ciclovias e calçadas adequadas para caminhadas. No médio prazo, seria necessário construir corredores de ônibus e restringir a circulação do automóvel em áreas mais congestionadas. No longo prazo, recomenda o superintendente da ANTP, a saída seria investir em políticas urbanas que aproximassem as pessoas de seus empregos e no transporte sobre trilhos, quesito em que somos deficitários. Meli Malatesta compara: os metrô de São Paulo e da cidade do México começaram a ser construídos na mesma data, em 1970. Hoje, a cidade do México tem 400 quilômetros de linhas de metrô, ao passo que São Paulo não tem nem sequer 100 quilômetros.

Néspoli explica que as cidades brasileiras foram se expandindo e afastando as pessoas do centro, mas a maioria das linhas de transporte público é radial, isto é, liga o centro aos bairros periféricos, o que adensa o tráfego. O ideal seria a adoção de linhas periféricas, que ligam um

ESPECIALISTAS EM MOBILIDADE AFIRMAM QUE SÓ UM SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO INTELIGENTE SERIA CAPAZ DE REDUZIR O CUSTO, AO MESMO TEMPO EM QUE GARANTIRIA QUALIDADE RAZOÁVEL

bairro ao outro sem ter que passar pelo centro da cidade. Também é fundamental criar empregos nas regiões mais afastadas. “As moradias foram centrifugadas para fora dos centros das cidades, agora é necessário centrifugar também empregos e criar novas centralidades”, avalia.

SEGURANÇA VIÁRIA

Um ponto fundamental para o tema da mobilidade urbana no Brasil é a questão da segurança. Foram registradas, apenas em 2013, 43.075 mortes no trânsito no País, e há ainda perto de mil feridos a cada dia. Segundo estudo feito pela ANTP e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, esses acidentes custam à sociedade cerca de R\$ 70 bilhões ao ano.

Três razões são apontadas como culpadas desse número: o uso crescente da motocicleta nas ruas, o aumento da velocidade nas vias urbanas e a falta de uma fiscalização eficiente no trânsito. Um pedestre atropelado por um carro que trafega a 30 quilômetros por hora tem 95% de chance de sobreviver; se for atropelado por um carro a 50 quilômetros por hora, a chance cai para 55%; e essa chance se reduz para 30% quando o carro estiver a 60 quilômetros por hora.

Em junho de 2016, a frota brasileira de motocicletas era de 20,3 milhões de unidades, oito vezes o número de motos em circulação em

1998, quando foi promulgado o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). “O uso de moto tem crescido muito em pequenos municípios para substituir bicicletas e jegues”, informa Meli Malatesta. Muitas cidades, inclusive, permitem o uso de mototáxis, comuns nos morros cariocas, mas a fiscalização é quase inexistente, e a fragilidade do usuário aumenta a possibilidade de sequelas graves ou mortes em caso de acidente.

A arquiteta defende a adoção de programas como o Vision Zero, instituído pela Suécia há 20 anos com o objetivo de zerar o número de mortes e casos de incapacidade causados pelo trânsito. Hoje, o Vision Zero está sendo adotado por várias grandes cidades do mundo, como Nova York e Chicago. O princípio é que o ser humano é sujeito a falhas no trânsito, por isso, o Poder Público tem o dever de desenhar um sistema que evite que essas falhas possam resultar em acidentes sérios.

TRANSPORTE DE CARGA

O planejamento também precisa considerar o transporte de carga, pois é ele que abastece a cidade. Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Condutores de Cargas Próprias de São Paulo, que reúne cerca de 50 mil operadores de entregas de mercadorias, Luiz Alves do Nascimento, problemas como trânsito, poluição e acidentes geram um grande estresse a todos, principal-

mente aos que convivem com isso durante toda a sua jornada de trabalho, e não apenas no percurso entre casa e compromissos diários. Os congestionamentos diários e as dificuldades de acesso – como a proibição de circular nas regiões mais centrais de São Paulo em determinados horários – prejudicam muito a qualidade de vida desses trabalhadores e representam um aumento dos custos diários. Sem poder receber uma entrega em horário comercial, por exemplo, lojistas são obrigados a recepcionar mercadorias fora dos horários usuais de expediente, o que gera pagamento de horas extras, o ônus será transferido aos clientes.

A ANTP defende o incentivo à criação de centros de distribuição em regiões metropolitanas, o que racionalizaria o tráfego de cargas pela cidade, uma vez que os centros ficam ao seu redor. Assim, as mercadorias chegam ao centro de distribuição em grande quantidade, ao passo que as entregas no perímetro urbano são planejadas de forma a evitar tráfego desnecessário. A entidade ressalta a necessidade de entendimento entre indústria, comércio e setor de transporte, com a mediação do Poder Público, para estabelecer normas viáveis para a logística regional.

&



Acesse todo o conteúdo do curso “Desafios e Boas Práticas na Gestão Pública Municipal no Brasil” na web

A parceria entre a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e UM BRASIL resultou no curso “Desafios e Boas Práticas na Gestão Pública Municipal no Brasil”, ministrado em aulas presenciais entre os dias 21 de março e 27 de junho com a coordenação do professor de Ciência Política, Humberto Dantas, e do professor de Administração Pública, Fernando Coelho.

Agora, todo o conteúdo do curso se encontra disponível online em vídeo pela página do UM BRASIL, e você também pode aproveitar para aprender as noções básicas do conjunto de quesitos legais, conceituais e instrumentais necessários às atividades de um gestor público.



**UM
BRASIL**



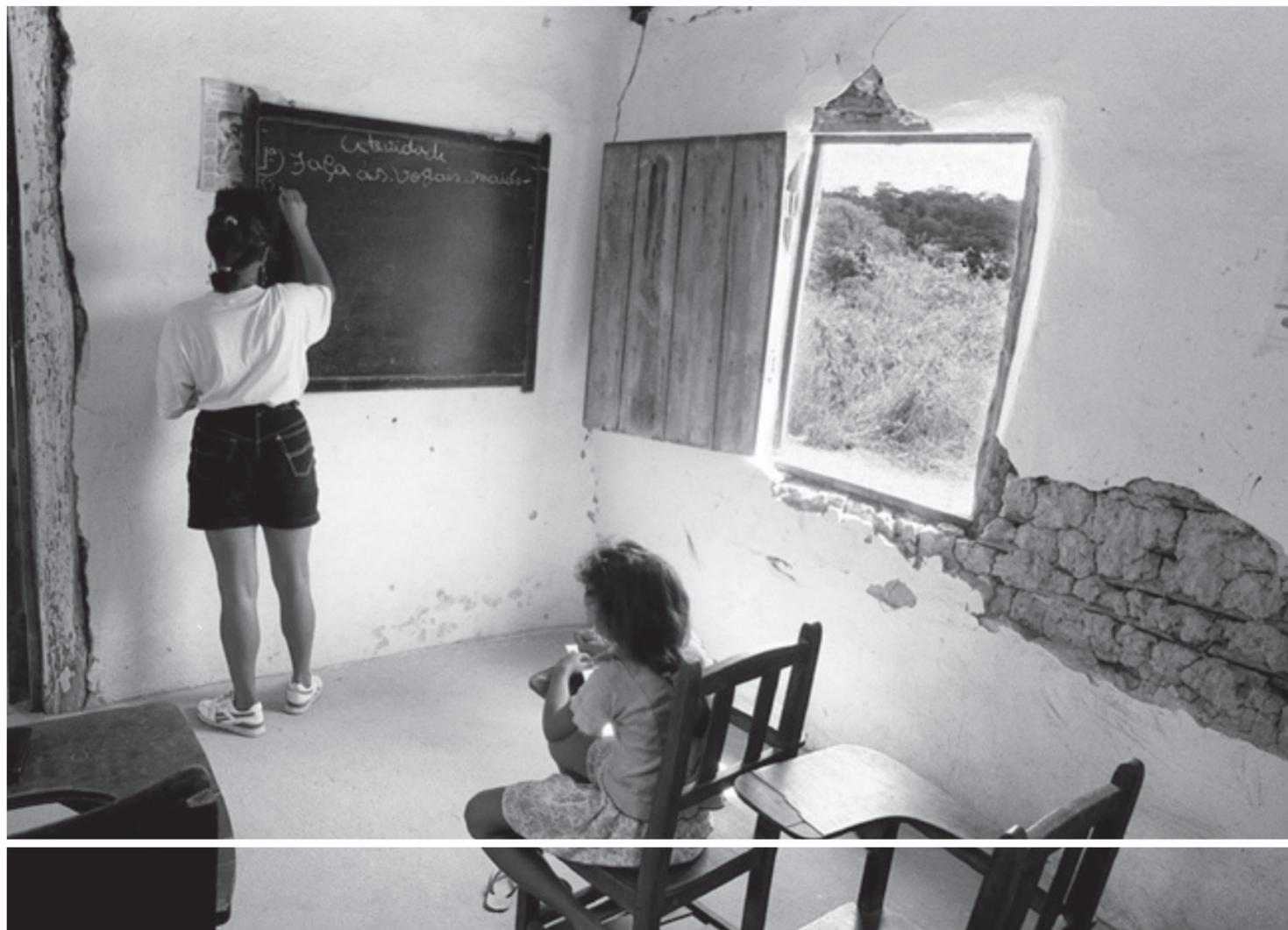
ACESSE O ENDEREÇO

umbrasil.com/parceria/each-usp.html

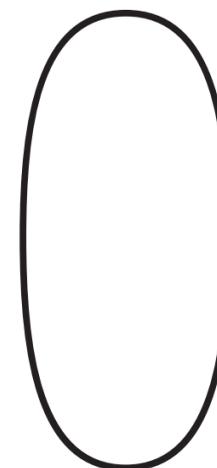
E ASSISTA

ANALFABETISMO: UM MAL DE SÉCULOS

texto SABINE RIGHETTI



Evelson De Freitas/Folhapress



O Brasil está no topo de um ranking do qual não há motivo para orgulho: o dos países com maior concentração de analfabetos. É verdade que as políticas públicas para alfabetização de adultos tiveram algum progresso. Na história recente, a ditadura militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral); no governo Fernando Henrique, entrou em cena o programa Alfabetização Solidária; e nos anos Lula, foi a vez do Brasil Alfabetizado.

Apesar da universalização das matrículas escolares nos primeiros anos do ensino fundamental das escolas brasileiras, o problema persiste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analfabetos são pessoas incapazes de ler e de escrever um bilhete simples. Especialistas apontam que o governo ainda não consegue atender de maneira eficiente quem deixa a escola no meio do caminho e, além disso, quem cresceu fora dela.

Há, no Brasil, aproximadamente 13 milhões de analfabetos com mais de dez anos, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, do IBGE. Para se ter uma ideia, é gente suficiente para encher 165 estádios do Maracanã. Os números colocam o Brasil em oitavo lugar no ranking mundial de analfabetos em números absolutos, ao lado de países como Índia, China e Etiópia, de acordo com o Relatório de Monitoramento Global da Educação da Unesco de 2014 – o último a trazer esse tipo de classificação por países.

A taxa, no entanto, já foi pior: o analfabetismo no Brasil atingia em torno de 40% da população na década de 1970. Eram pessoas que, pela definição vigente no período, não conseguiam nem escrever o próprio nome. Nessa época, o tema ganhou destaque nacional por meio do Mobral, instituído por decreto em 1968 e extinto em 1985. O governo federal, durante o período militar, tinha como objetivo alfabetizar jovens e adultos e erradicar o analfabetismo no País em dez anos – o que não aconteceu.

Desde 2003, o Ministério da Educação (MEC) assumiu uma nova proposta para erradicar o analfabetismo, batizado de “Brasil Alfabetizado” (o nome inicial, “Analfabetismo Zero”, em alusão ao programa de combate à pobreza Fome Zero, foi alterado nos primeiros meses do governo petista). Nessa época, a taxa de analfabetismo girava em torno de 12% da população. A meta era chegar em 6,7% em 2015 – o que também não ocorreu.

ACESSO

De acordo com secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, há vários desafios para reduzir o número de pessoas que não sabem ler nem escrever. Um dos principais é o acesso a elas, de responsabilidade das prefeituras, que executam os programas de alfabetização e que precisam encontrar formas de chegar aos analfabetos.

“É preciso fazer uma busca ativa dessas pessoas por meio de uma força-tarefa. Isso envolve um trabalho de muita parceria do governo com municípios, chamadas pelo rádio para que as pessoas possam comparecer a um lugar para

que sejam cadastradas e para que saibam que podem ser alfabetizadas”, diz Maria Helena.

“O número de analfabetos não vai diminuir enquanto não houver a consciência de que é preciso investir muito mais na chamada pública do projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA)”, afirma a professora Maria Clara di Pierro, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), especialista no tema.

De acordo com Maria Clara, o marco legal de educação no País, a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996 (LDB), define a necessidade de chamadas públicas para a matrícula, o que só é feito para crianças. “O EJA não aparece no rádio nem na TV. O resultado é que o mesmo cidadão que luta pela vaga do filho na creche não pleiteia o seu próprio direito”, lamenta.

A especialista explica que discriminação em relação a analfabetos e experiências anteriores de fracasso dos alunos que tentaram se alfabetizar requerem uma ação convocatória intensa. É necessário ir às igrejas, às comunidades, aos pontos de ônibus para chegar a essas pessoas. “É tão complexo, que tudo começa por estimular essa população a se mobilizar para ir ou voltar à escola. Não adianta botar uma plaquinha na porta do colégio”, diz. “Em toda parte do mundo, a mobilização é um componente importante para conseguir instigar esse público. Aqui é totalmente negligenciado.”

MODELO RÍGIDO

Aqueles que entram no sistema de educação se deparam com outro desafio: um modelo de atendimento inadequado. De acordo com especialistas, os programas de alfabetização de adultos trabalham com a reprodução acelerada da escolarização feita para crianças e adolescentes. Ou seja, o mesmo conteúdo fica “espremido” em um tempo menor, às vezes em até três meses.

As políticas públicas deveriam ainda considerar o perfil do aluno analfabeto e suas necessidades específicas, dizem especialistas.

“Não se fez um currículo mais atrativo, um formato mais flexível. Há uma desarticulação do que é oferecido no EJA com as necessidades dos alunos”, protesta Maria Clara, da USP. O resultado é a evasão e, conseqüentemente, a diminuição da oferta.

Para ela, o ideal seria investir em modelos maleáveis e em escolas próximas dos alunos – ao contrário do que tem ocorrido com muitas redes, concentrando a oferta apenas em áreas centrais. “Uma pessoa de 50 anos que trabalha o dia todo não consegue assistir a quatro horas de aula à noite e depois levar mais uma hora até chegar em casa”, avalia.

Além disso, é preciso entender a relação que essa população tem com a escola: “Se uma senhora está firme nas aulas e, por um acaso, a filha engravida, ela vai deixar a escola para cuidar do neto. Isso não é evasão, são intermitências que o sistema precisa administrar se quiser mesmo promover a escolarização”.

NORDESTE

Como tudo no Brasil, a distribuição do analfabetismo também é desigual. Na Região Nordeste, que tem os piores indicadores nacionais de educação em vários níveis, 15% da população com mais de dez anos são analfabetos. Mais: um em cada cinco

adultos, nessa área do País, com mais de 25 anos não sabe ler nem escrever. De acordo com dados do MEC, 90% dos municípios brasileiros com alta taxa de analfabetismo estão em aquela região.

Ainda no Nordeste, um dado especialmente alarmante: a Pnad de 2015 mostra que 2% dos adolescentes entre 15 e 17 anos não sabem ler nem escrever, ou cerca de 64 mil pessoas. “São jovens que nasceram depois dos anos 2000. O analfabetismo em si é inaceitável, mas uma pessoa de 15 anos analfabeta terá muitas dificuldades de participar da vida”, lastima a secretária-executiva do MEC. “Não é só uma questão material, é difícil de executar”, explica.

Não é apenas questão de recursos, mas também falta de dinheiro. De acordo com dados do MEC, o programa Brasil Alfabetizado beneficiou 6,7 milhões de jovens e adultos em quatro anos (entre 2008 e 2012) com um orçamento total de R\$ 1,4 bilhão. O valor equivale ao gasto quadri-estral da USP, por exemplo.

NA ESCOLA

Para piorar o cenário, o analfabetismo não se restringe a quem está fora da escola. De acordo com João Batista Araujo e Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, que tem se dedicado ao tema, o problema é crônico e se estende a quem está regu-

HÁ, NO BRASIL, APROXIMADAMENTE 13 MILHÕES DE ANALFABETOS COM MAIS DE DEZ ANOS, GENTE SUFICIENTE PARA ENCHER 165 ESTÁDIOS DO MARACANÃ

Por meio do Mobral, governos militares tinham como meta erradicar o analfabetismo, que atingia cerca de 40% da população na década de 1970



Folhapress/Folhapress

larmente matriculado nas instituições de ensino.

“Se o aluno não foi alfabetizado no primeiro ou segundo ano (séries em que supostamente há um professor alfabetizador), é pouco provável que ele tenha um professor no terceiro ano que o alfabetize”, comenta. Trocando em miúdos: o aluno que perde a oportunidade nos primeiros anos escolares tem grandes chances de largar a escola e engrossar as estatísticas.

Esse caminho é bastante visível nos números. A Pnad de 2015 mostra que um em cada cinco brasileiros com mais de dez anos nunca frequentou a escola, ou estudou só três anos. O número de matriculados nas escolas brasileiras cai de 98,6% nos anos iniciais – o que significa praticamente o ensino universal – para 85% no ensino médio, considerando apenas a matrícula (e não a matrícula na série correta).

DIDÁTICA

Para a professora Onaide Schwartz Corrêa de Mendonça, do departamento de Educação do campus da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Presidente Prudente, o cenário catastrófico de tanta gente sem saber ler persiste também em razão das recomendações metodológicas dos últimos 30 anos. “Enquanto não mudarmos a forma com que se ensina, promover o aumento

do acesso à escola não vai garantir a erradicação nem a diminuição do analfabetismo.”

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) apresentou recentemente um relatório atestando que o Brasil usa métodos de alfabetização superados, cuja ineficácia já foi comprovada por estudos científicos internacionais que vêm orientando, há duas décadas, profundas mudanças nas políticas de alfabetização de diversos países. Outra conclusão do trabalho diz respeito à idade correta para alfabetizar: o processo é mais fácil e rápido quando promovido aos seis anos, o que nem sempre acontece por aqui.

Segundo Onaide, existe uma ordem crescente de habilidades que não é respeitada, e o conteúdo escolar trabalha gêneros textuais antes que os alunos tenham dominado os aspectos técnicos da linguagem. “Não adianta ensinar a diferença entre uma carta e um texto jornalístico se o aluno não consegue nem ler o que está escrito no papel”, critica.

MATERIAL

“Ao contrário da fala, que se aprende intuitivamente, ler e escrever não são habilidades naturais. São aprendizagens artificiais. É preciso ensinar como as sílabas são formadas, que letra representa qual som, a combinação de consoante e vogal”,

exemplifica. “A criança precisa saber unir sílabas para formar frases e textos. Isso não vem sendo trabalhado sistematicamente. O material é inadequado. Os alunos decoram parlendas para tentar adivinhar o que está escrito onde. Daí é fácil chegar analfabeto aos 19 anos”, constata.

Desde 2011, a professora atua no município de Presidente Prudente (a cerca de 500 quilômetros de São Paulo) no combate ao analfabetismo. O convite veio após as notas da Prova Brasil – avaliação nacional do rendimento escolar – mostrarem que muitos estudantes daquela rede chegavam ao fim do primeiro ciclo do ensino fundamental (quinto ano) sem saber ler nem escrever, o que acontece com metade dos brasileiros.

De acordo com Maria Clara, da USP, o combate ao analfabetismo dos mais velhos é importante também para a educação dos mais novos. Há pesquisas que mostram que o *background* familiar influencia diretamente no aprendizado das crianças. Ou seja, quanto maior a escolaridade dos pais, melhor será o rendimento escolar dos filhos. “Se não sensibiliza a alegação de que o acesso à escola é um direito inclusive dos mais velhos, quem sabe com esse argumento, não é?!” alfineta.

&

IGUALDADE DE GÊNERO: O QUE FALTA PARA CHEGARMOS LÁ?

texto SILVIA KOCHEN



V

Vera Aldrighi foi diretora de agências de publicidade e se recorda de vários episódios de sua vida profissional. “Depois de uma apresentação em que a minha participação foi reconhecida pelo cliente como decisiva para ganhar a conta, um colega manifestou sua inveja machista em público: ‘A Verinha não é mesmo uma bela *mulher estrategista?*’” Na hora, ela não se deu conta do significado oculto da brincadeira, de que “o cliente não estava só impressionado com os meus argumentos inteligentes, mas também com meus atributos femininos”. Hoje, percebe que o fato de a chamarem de “Verinha”, mesmo em situações formais, não se tratava apenas de um diminutivo afetuoso, mas escondia um certo constrangimento por ter uma mulher muito jovem na vice-presidência de uma grande empresa.

Nas últimas décadas, as mulheres avançaram em sua participação na sociedade, mas isso não foi suficiente para igualar sua condição à dos homens. Segundo um estudo do Fórum Econômico Mundial, divulgado em 2016, será preciso 95 anos para que homens e mulheres atinjam plena igualdade no Brasil. Hoje, as brasileiras têm maior nível educacional (são 59% dos formandos em universidades) do que os brasileiros, mas ganham salários menores, costumam ser preteridas no acesso a empregos e promoções (são apenas 44% da força de trabalho) e têm baixa representação política (mulheres ocupam apenas 10% das vagas na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional).

Barreiras invisíveis estão no caminho de toda mulher em busca de sucesso profissional. Essas barreiras vão desde comportamentos ma-

chistas que, de tão culturalmente arraigados, nem sequer são notados, até o descaso puro e simples por parte de empresas que costumam valorizar mais os homens do que as mulheres em seus quadros. Um exemplo comum é a ausência de creches e mesmo de espaços reservados para que as mães possam amamentar seus filhos em intervalos de sua jornada de trabalho.

ASPIRAÇÕES

Vera Aldrighi ganhou fama em 1980 ao divulgar um trabalho seu que virou capa da revista *Veja*. Socióloga que passou a atuar em amplas pesquisas sociais em agências de publicidade, ela fez o primeiro retrato da mulher de classe média brasileira que resultou no estudo “Profissão: Prendas Domésticas”. Foi assim que se descobriu que a mentalidade da mulher brasileira estava se modernizando e uma de suas principais aspirações, na época, era trabalhar e ganhar sua independência financeira, libertando-se do trabalho doméstico. A profissão “do lar” virava um estigma de alguém destituído de valor pessoal.

Ela própria foi um exemplo dessa geração. Fez curso universitário e passou a trabalhar em pesquisas de publicidade e a dar aulas. No fim da década de 1970, foi convidada a dirigir o departamento de pesquisa de mercado da McCann, uma das maiores agências de publicidade nacional, e se tornou uma das vice-presidentes da empresa antes mesmo de completar 30 anos.

Vera se reconhece como privilegiada que não teve que abrir mão de nada por sua carreira, pois ela e o marido, médico, tinham uma renda alta, o que lhes permitiu manter empregadas e babás

“AS MULHERES SE PREPARARAM MUITO PARA PARTICIPAR DO MUNDO CORPORATIVO, E ESSA COMPETÊNCIA É MUITO VALIOSA PARA AS EMPRESAS.”

DEBORAH VIEITAS, CEO da Câmara Americana de Comércio (Amcham)

e se desonerar dos cuidados domésticos. Observadora, a socióloga via que nos Estados Unidos e na Europa as mulheres profissionais normalmente tinham de escolher entre a carreira e a família, já que a carga dupla do trabalho e dos cuidados com os filhos e com a casa era demasiada, como continua sendo até hoje. Muitas interrompem sua vida profissional no período fértil, e quando retornam, dificilmente conseguem as mesmas oportunidades de ascensão.

REALIDADE

Boa parte das aspirações das mulheres de quase 40 anos atrás são realidade hoje. É comum trabalharem e 40% delas são chefes de família. Mas essa realidade também tem um sabor amargo. Em 2014, elas ganhavam 74% menos que os homens nas mesmas funções, segundo apurou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e poucas ocupavam cargos de chefia. Além disso, embora trabalhem menos horas que os homens (uma jornada média de 35,5 horas, enquanto os homens trabalham 41,6 horas em atividades remuneradas), elas acumulam 21,2 horas de trabalho doméstico, atividade à qual os homens dedicam apenas 10 horas semanais. O resultado é que, na prática, as mulheres trabalham 56,7 horas por semana, enquanto os homens ficam ocupados 51,6 horas.

Segundo levantamento realizado pelo Instituto Locomotiva em 2016, 31% das mulheres relatam ter sido assediadas por um superior no trabalho; 26% dizem ter sofrido preconceito por ser mulher; 21% foram desqualificadas pelo mesmo motivo; 16% acreditam que deixaram de ser promovidas em função de gênero; e 10% garantem já ter ouvido comentários de que teriam engravidado para não perder o emprego. Isso dá um total de 16 milhões de trabalhadoras brasileiras que afirmam ter sofrido pessoalmente algum tipo de discriminação no trabalho. O mesmo estudo indica ainda que 17% das brasileiras não trabalham porque não têm com quem deixar seus filhos, o que não acontece com os homens.

BARREIRAS

Segundo a doutora em Sociologia Arlene Ricoldi, professora do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC) e especialista em relações de gênero, a mulher é desvalorizada por uma cultura machista, e essa hierarquia é reproduzida no mercado de trabalho. Como exemplo, ela lembra que as vagas oferecidas a elas são de ocupações tidas como menos nobres, relativas a trabalhos domésticos e de cuidados, como professor de escola maternal, cuidador de idosos, babá etc., ou posições subalternas na administração em geral, pois apenas 30% dos cargos de direção são ocupados por mulheres.

“As atividades mais valorizadas normalmente são associadas a profissões tidas como masculinas, como engenharia ou geologia.” Arlene observa que as especialidades de engenharia civil e de produção atualmente são menos prestigiadas, depois que passaram a ter mais mulheres trabalhando. Ela lembra que mesmo na área do Direito, em que o número de homens e mulheres se iguala, há muito menos mulheres como sócias de bancas ou juízas de tribunais superiores.

A socióloga afirma que há uma construção social que valoriza áreas tidas como masculinas, que costumam ser mais competitivas. “As mu-



lheres são educadas para repelir competição, e seu acesso a essas áreas é mais difícil.” Um dos exemplos é o fato de se deixar a carga delas todos os cuidados com a família, e como se acredita que áreas competitivas exigem maior disponibilidade de tempo, elas são preteridas quando tentam ingressar nessas áreas. “O homem ganha pontos no mercado de trabalho quando casa, mas ocorre o inverso com a mulher, porque se acredita que ela estará mais preocupada com a família e a casa do que com a profissão”, sintetiza Arlene.

AÇÕES POSITIVAS

Mas, felizmente, as empresas estão evoluindo em suas práticas e promovendo a equidade de gênero, avalia a CEO da Câmara Americana de Comércio (Amcham), Deborah Vieitas. Executiva que fez carreira no mercado financeiro, Deborah afirma que não sentiu discriminação de gênero em sua trajetória profissional de mais

de 30 anos, mas admite que isso se deve em grande parte por ter trabalhado para empresas multinacionais, que têm uma cultura corporativa menos machista. “Hoje, a situação evoluiu muito, as empresas melhoraram suas práticas de equidade de gênero, e as mulheres também melhoraram suas competências.”

Segundo pesquisa realizada pela Amcham durante um seminário sobre empoderamento da mulher realizado em 2016, 76% dos participantes afirmaram que a igualdade de gênero ainda representa uma dificuldade em suas organizações. Na pesquisa, 80% dos participantes, a maioria gestores de recursos humanos, apontaram como um dos principais problemas nessa área a dificuldade de acesso das mulheres a cargos gerenciais; 47% indicaram a discrepância salarial entre profissionais na mesma função em razão de gênero; e 30%, a falta de mulheres em número igual ao de homens em seus quadros.

Mas há uma boa notícia. Quase metade dos participantes (48%) respondeu que suas empresas adotaram um programa formal de incentivo à equidade de gênero. Deborah explica que uma dessas ações positivas está em orientar o departamento de recursos humanos para que apresente um candidato de cada gênero, com competências equivalentes, na seleção de vagas. Também há programas de capacitação de

lideranças voltados para as profissionais, além de uma meta em fazer com que metade dos quadros da empresa seja formada por mulheres.

“Apesar dos avanços, não estamos em um mundo perfeito e ainda existe o preconceito em contratar mulheres porque isso implica ausências por causa de gravidez e problemas com os filhos”, admite Deborah. “Mas, hoje, há empresas que concedem tempo para que os homens também possam levar o filho ao médico, por exemplo.” Ela mesma sabe o valor disso, pois também é mãe e pode contar com uma rede de solidariedade – representada por marido, parentes e funcionários – quando precisou resolver algum problema familiar.

Nas últimas décadas, “as mulheres se prepararam muito para participar do mundo corporativo, e essa competência é muito valiosa para as empresas”, diz a CEO da Amcham. Como argumento, ela cita pesquisa da McKinsey que releva que se fossem eliminadas as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, a economia brasileira teria um acréscimo de 30% em seu Produto Interno Bruto (PIB), com um incremento de até US\$ 850 bilhões em circulação.

&



MUDANÇA DE HÁBITO

texto RACHEL CARDOSO

Uma em cada três crianças brasileiras apresenta excesso de peso e pode carregar esse ônus para a vida adulta, formando uma geração sedentária e doente. Se algo não for feito imediatamente, o Brasil será o país mais obeso do mundo em 15 anos, segundo a World Obesity Federation, que reúne profissionais e organizações de mais de 50 países. O Ministério da Saúde incluiu em sua pauta metas para mudar esse quadro. Mas a transformação envolve bem mais do que o controle da ingestão de calorias. E depende de toda a sociedade.

Ao lançar a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) alertou países sobre a transição epidemiológica e nutricional por que passa o mundo. O cenário é alarmante: 800 milhões de pessoas permanecem cronicamente subalimentadas e mais de 2 bilhões sofrem de deficiências de micronutrientes. Ao mesmo tempo, 1,9 bilhão de pessoas estão acima do peso e 600 milhões são obesas. O Brasil não escapa dessas estatísticas. E o problema começa já nos primeiros anos de vida.

Pesquisa do Ministério da Saúde revela que 32,3% dos brasileiros menores de dois anos tomam refrigerante e suco de caixinha, e que 60,2% deles comem bolacha recheada, biscoitos e bolos prontos. Esses dados chamam a atenção porque é nesse período que ocorre a chamada “programação metabólica”. Ou seja, desde a vida intrauterina até os dois anos de idade, as histórias física e mental da criança são programadas. Assim, a alimentação da gestante também é decisiva nessa questão. E já se sabe que, hoje, quando se fala nos fatores de risco para obesidade, os de programação são mais importante do que os genéticos e os ambientais.

Isso porque o quadro pode se perpetuar pela vida adulta. Atualmente, mais da metade dos brasileiros está com excesso de peso e nem 10% disso são causados pela genética. É um cenário que contribuiu para alastrar doenças cardiovas-

culares e diabetes, além de danos psicológicos que podem evoluir para transtornos alimentares, como compulsão e anorexia.

“O problema cresce na medida em que a população reduz o consumo de alimentos básicos e aumenta o consumo de processados”, diz o consultor do movimento Obesidade Infantil NÃO, criado pela Amil em 2014, o nutrólogo Hélio Rocha. “Resolvemos parte da desnutrição, mas, na transição nutricional, criamos uma maior geração de obesos.”

De acordo com ele, o excesso de peso que se instala na infância se torna mais difícil de tratar na idade adulta, daí a importância da prevenção. “Existe de fato um risco de epidemia de obesidade no Brasil. A questão é grave e requer atenção da sociedade, pois 30% das crianças obesas desenvolvem diabetes, e outras 30%, doenças cardiocirculatórias.”

A Amil, hoje dentro do portfólio do norte-americano UnitedHealth Group, iniciou uma campanha que, desde 2014, impactou mais de 120 milhões de brasileiros. Vale lembrar que, nos Estados Unidos, o problema chegou a engajar em 2010 a ex-primeira dama Michele Obama, que considerou, na época, a obesidade infantil uma das principais ameaças à saúde e à economia daquele país.

Por aqui, a estudante Lara Roberta da Silva, de 11 anos, sentiu na pele as consequências do excesso de peso. Quando tinha nove anos, foi diagnosticada com colesterol alto, um dos principais responsáveis pelas doenças cardiovasculares. Mas esse não era o único problema. Ela havia passado por diversas iniciativas frustradas para emagrecer e sofria de baixa autoestima, que a afastava das atividades físicas. Contou então com a ajuda da irmã Bruna, de 20 anos, que cursa Educação Física. “Recorremos ao Programa Obesidade Infantil NÃO e foi muito importante para orientar toda a família”, afirma. “Em seis meses, ela perdeu 17 quilos, mas todos



precisaram de reeducação alimentar. Na época, meu pai perdeu dez quilos no processo.” Bruna também organizou no bairro onde mora, em São Miguel, na zona leste de São Paulo, um grupo de caminhada que estimulou Lara a se entrosar com outras crianças, em atividades ao ar livre.

“Eu não tinha limites e comia tudo que me davam”, recorda Lara, que mantém atualmente 60 quilos. O mais difícil para ela, segundo conta, foi enfrentar a crítica da família, de tradição mineira e acostumada a muita fartura à mesa. É justamente por isso que o foco deve ser mais amplo que meramente a dieta, segundo a diretora de sustentabilidade da Amil, Odete Freitas. “A obesidade é uma situação complexa e demanda um trabalho conjunto entre governo, família, escola, indústria e organizações privadas e não governamentais”, avalia.

Nesse sentido, a campanha Obesidade Infantil NÃO promoveu a conscientização da sociedade para o fato de que, assim como a desnutrição, o excesso de peso é uma doença. O Ministério da Saúde foi acionado, e os médicos, capacitados para disseminar informações a pais e familiares.

A iniciativa rendeu frutos, e a Amil fechou em abril deste ano parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a fim de implementar ações nas áreas de saúde e desnutrição infantil, na promoção do aleitamento materno, na alimentação complementar saudável e na prevenção do excesso de peso na Amazônia, no semiárido e nos grandes centros urbanos.

Odete, que também é pediatra, destaca que comer bem não é comer muito, mas com equilíbrio. “Abandonamos os velhos hábitos do feijão com arroz e ovo por preconceito, pelos status que o industrializado traz.” Ela destaca ainda a importância de se voltar a valorizar a agricultura perto dos grandes centros e a simplicidade das refeições. “O soro caseiro (água, sal e açúcar) foi a maior criação do século 20 para a medicina, salvando milhares de vidas, diante de tantas descobertas tecnológicas da ciência.”

Nesse caminho, muitos danos seriam evitados apenas com atividades físicas. É o que revela estudo recente da Escola Bloomberg de Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins. Publicada pelo periódico científico *Health Affairs*, a pesquisa revela que um aumento de 32% para 50% no número de crianças do ensino fundamental que fazem 25 minutos de atividade física três vezes por semana evitaria o equivalente a R\$ 70 bilhões em custos médicos e salários perdidos ao longo de suas vidas, por perda de produtividade.

“A atividade física não só faz com que as crianças se sintam melhor e as ajuda a desenvolver hábitos saudáveis, como também é boa para a economia do país”, escreve o líder do estudo, Bruce Y. Lee, diretor-executivo do Centro Global de Prevenção à Obesidade da Escola Bloomberg de Saúde Pública. “Nossas descobertas mostram que investir em atividades físicas e ligas esportivas paga grandes dividendos à medida que esses jovens crescem.”

A pediatra Denise de Lellis, do Departamento de Obesidade Infantil da Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso), concorda com Lee e vai mais longe. “É urgente e inadiável que o enfrentamento da obesidade na infância receba prioridade na agenda das políticas públicas”, destaca. “A prevenção é o melhor caminho para enfrentar as questões atuais de financiamento da saúde.”

A médica participou do encontro regional para enfrentamento da obesidade infantil, realizado em março, em Brasília. O evento internacional incentiva o acesso universal a dietas mais saudáveis e sustentáveis. “Chile e México são países bastante adiantados na adoção de medidas para coibir o progresso da obesidade infantil”, conta.

Entre as medidas adotadas pelos chilenos, cita o rótulo vermelho frontal nos alimentos que indicam excesso de açúcar, sódio e gorduras saturadas, além da promoção da saúde da gestante e do incentivo ao aleitamento materno; do veto à publicidade infantil; da interferência nas cantinas das escolas e nas indústrias; e da promoção de atividade física nas ruas.

Em contrapartida, aqui ela aponta o dedo para ações insuficientes do governo e escolas omissas, além do marketing que bombardeia crianças com propagandas ligadas a alimentos nada saudáveis. “Eu considero crime a associação de brinquedos à comida, como acontece, por exemplo, com o McDonald’s”, ressalta. “Eu

ESTUDO DA UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS DIZ QUE 25 MINUTOS DIÁRIOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ROTINA DAS CRIANÇAS PODERIA ECONOMIZAR R\$ 70 BILHÕES, AO EVITAR GASTOS MÉDICOS E SALÁRIOS PERDIDOS

comparo com as propagandas de cigarro, que antigamente associavam fumar à virilidade e ao sucesso.”

Embora lentamente, algumas ações têm sido tomadas pelo Ministério da Saúde, preocupado com o aumento de 60% no índice de obesos ocorrido na última década, para quase 19% da população em idade adulta. Em 2011, por exemplo, foi firmada a primeira cooperação com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia), que retirou 17 mil toneladas de sódio da comida. A maior redução no teor foi na categoria de sopas. A quantidade caiu 65,15%.

Agora, um novo acordo com as indústrias alimentícias foi fechado para reduzir 28 mil toneladas de sódio dos industrializados, nos próximos cinco anos. Nessa fase, o foco é na categoria de pães, bisnaguinhas e massas instantâneas. Hoje, em média, o brasileiro consome 12 gramas de sódio por dia, o que é mais que o dobro sugerido pela Organização Mundial da Saúde, de 5 gramas.

Desde o ano passado, companhias como Coca-Cola Brasil, Ambev e PepsiCo Brasil mudaram o portfólio de produtos comercializados em escolas. A principal alteração foi o fim da venda de refrigerantes para as cantinas. “No momento do recreio, os alunos têm acesso às cantinas escolares sem a orientação e a companhia de pais e responsáveis, e crianças abaixo de 12 anos ainda não têm maturidade para tomar decisões de consumo. Entendemos que devemos ajudar a moldar um ambiente em escolas que facilite escolhas mais adequadas, assim como estimular a hidratação e a nutrição, contribuindo para uma alimentação mais equilibrada”, diz o comunicado das empresas.

Nos dois últimos anos, o setor de refrigerantes amargou retração de quase 6%, pior resultado desde 2010. A expectativa para 2017 é de manutenção desses índices. Parte considerável das indústrias agora busca atuar em outros segmentos, como o de água mineral, tendo em vista uma tendência de diminuição de gastos do consumidor e a procura por produtos saudáveis.

Enquanto o consumo de refrigerantes passou de 88,9 litros por pessoa em 2010, para 75,1 litros em 2015, a água mineral teve um aumento significativo de 34,3 litros por pessoa, para 62,8 litros. Na comparação, houve uma queda de 15,5% nos refrigerantes contra alta de 83% na água. Os dados são da Associação Brasileira de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (Abir).

Há ainda os vilões invisíveis, especialmente sucos de fruta artificiais e iogurtes. Parecem saudáveis, mas são produtos que têm muitíssimo açúcar. Inclusive reduzir seu consumo em ao menos 30% até 2019 está entre as três metas assumidas pelo Brasil. As outras duas são: deter o crescimento da obesidade na população adulta até 2019, por meio de políticas intersetoriais de saúde e segurança alimentar e nutricional; e ampliar em no mínimo 17,8% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente até 2019.

Para a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), porém, “descascar mais e embalar menos” é uma visão simplista da situação. Ainda que a afirmação seja pertinente, trata-se de apenas uma entre as inúmeras ações necessárias para enfrentar o problema, que exige abordagens coletivas e estruturais, e não apenas focada nos indivíduos. “É preciso ressignificar as práticas alimentares e a alimentação como um fenômeno social, estimulando que a preparação e o compartilhamento de refeições sejam reincorporados ao cotidiano das pessoas, mas não delegando essa função exclusivamente às mulheres, que deixaram os afazeres domésticos para ingressar no mercado de trabalho”, divulgou em nota a entidade.

E segue: “Se, por um lado, novas práticas alimentares podem ser assumidas pela população, por outro, há processos que cabem fundamentalmente ao governo, que é responsável por implementar ações que fogem ao escopo de atuação dos indivíduos, especialmente aquelas que visam a regular as práticas do setor privado comercial contrárias à saúde da população, e induzir processos que facilitem as escolhas alimentares saudáveis”.

&

A A CRISE DOS TRÊS PODERES

É difícil avaliar tantas incertezas e apontar o responsável pela volatilidade elevada da conjuntura econômica. No entanto, os efeitos da crise política sobre a atividade produtiva e os riscos que a recuperação econômica corre possuem um culpado: o conflito na cúpula dos Três Poderes.

Logo após o impeachment, a percepção era de que a economia entrava nos trilhos, a inflação baixava e havia expectativa de queda de juros. A Previdência Social melhoraria, os “altos” funcionários públicos teriam seus escandalosos privilégios diminuídos e a reforma trabalhista permitiria negociação livre de interesses, dando novo alento à relação entre capital e trabalho. Afinal, não é normal o funcionário da receita faturar mais do que o criador da receita. Enfim, o Estado modernizaria sua relação com os produtores de riqueza.

A Bolsa seguia em alta, aumentavam as exportações e importações, o investimento estrangeiro contribuía para a queda do “risco Brasil”. Surgiam sinais evidentes de reversão do pessimismo apontando para crescimento, mesmo modesto. O ciclo popular/populismo do Estado grande e paternalista anunciava seu fim.

Eis que entram em campo, com arrogância frontal do mando, três personagens fantasmagóricos. Um empresário financiado pelo BNDES para desnacionalizar o parque industrial brasileiro; o procurador da República, guardião de interesses corporativos da elite do Estado; e o relator da Lava Jato, síntese da jurisdição de exceção que virou o Supremo atual. E decidiram

&

escolher o alvo e fazer a declaração de guerra: envenenar o presidente e aprisionar o Congresso na corrupção.

Logo, recuos do mercado financeiro e da Bolsa, alta do dólar, redução de queda de juros, maior cautela do Banco Central. As reformas trabalhista e previdenciária demoram. O risco-país volta a subir, agências revisam a expectativa de nota para negativa. As projeções otimistas despençam. Empresas adiam projetos de investimento. A confiança do consumidor é afetada. A Constituição perde força. A rixa vira lei. A imprensa se divide. O Congresso fica mais desengonçado.

Já se passou metade do ano e outro presidente é julgado. Os efeitos da crise são negativos para o País. Mas o que importa o Brasil para os Três Poderes? Para o lado do mercado financeiro, é importante manter a garantia das diretrizes da economia. Mas, para a sociedade, como será? A fatalidade imposta por rotineiras investigações criminais não pode significar o fim da política.

A paralisia da economia unicamente por razões políticas permite dizer que o Brasil está determinado a ser um país infeliz e manipulado. Não temos ainda uma crise institucional, mas ela pode chegar se a obsessão da autoridade judicial for intimidar o Executivo e entupir o Legislativo de denúncias para paralisá-lo.

É um momento de exceção que leva brasileiros a querer “sumir ao longe, dissolver-se e esquecer de vez”. O Poder Judiciário e o Ministério Público parecem dispostos a destruir os fundamentos do sistema e rasgar a teoria dos Três Poderes, para consolidar a ideia de que a política não tem legitimidade para fazer a intermediação de interesses da sociedade.

O centro do conflito é poder fazer a lei. Apurar crimes não torna um juiz, procurador ou policial “o” político. Se os deputados aceitarem que forjar flagrantes contra um presidente é legal, podemos supor que as burocracias estatais não eletivas viraram um poder político. O desafio do momento é manter a conjuntura econômica e encontrar para 2018 alguém que tenha tradição de objetividade e compreensível senso de justiça. E que não precise de demagogia, propaganda e privilégio para cumprir o seu dever.



PAULO DELGADO

é sociólogo e copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP

B



Assim se pariu o Brasil, Editora Planeta



texto RACHEL CARDOSO

O BRASIL CONTADO POR UM PORTUGUÊS

Conhecer detalhes de momentos marcantes da formação histórica do Brasil desde a colonização, pela escrita de um português, talvez ajude a compreender por que o Brasil cresceu assim, da maneira que se vê. Muitos desses episódios são contados em *Assim se pariu o Brasil*, com narrativa clara (e, por vezes, opinativa) de Pedro Almeida Vieira.

O livro, publicado no País pela editora Sextante, relata como um “rato” feito Portugal pariu um “gigante” feito o Brasil, em referência ao pequeno povo europeu que descobriu por engano uma larga fatia da costa sul-americana. Algo que se reflete no atual cenário nacional, na opinião do autor, nascido na cidade portuguesa de Coimbra. “No passado, a corrupção era vista como atividade natural e até aceitável”, afirma.

De acordo com Vieira, no tempo colonial, governador que não enriquecia no cargo não era sequer visto como alguém capaz. Havia também episódios de violência gratuita que significam, tanto ontem como hoje, uma ausência de respeito pela vida, pelas autoridades e por mínimas regras civilizatórias.

&

“Embora não tenha qualquer ligação familiar com o Brasil, tenho por esse país um enorme fascínio, sobretudo pela sua contribuição, tantas vezes subvalorizada, para a história de Portugal (e até mundial), principalmente nos séculos 17 e 18”, diz.

Foi com base em conversas com amigos brasileiros que o escritor, jornalista e pesquisador viu nascer a ideia para o enredo, publicado em duas versões pelas diferenças da língua. Com ilustrações de Enio Squeff, a obra relata 25 dos mais fundamentais episódios da era colonial. Segundo conta, havia um grande desconhecimento sobre aspectos básicos da história, que contém uma “riqueza fantástica”.

Vieira também publicou quatro romances (*Nove mil passos*, *O profeta do castigo divino*, *A mão esquerda de Deus* e *Corja maldita*), dois volumes de narrativas históricas (*Crime e castigo no país dos brandos costumes* e *Crime e castigo – o povo não é sereno*) e diversos contos e antologias.



A ESTRELA DALVA

Ascensão meteórica, sucesso estrondoso e brilho fulgurante. Nascida Vicentina, a cantora Dalva encantou fãs, conquistou defensores e transcendeu os palcos para virar símbolo. Rainha do rádio e “Rouxinol do Brasil”, teve uma vida pessoal fartamente movimentada e que se revelou pura vanguarda sem, no entanto, ofuscar seu inquestionável talento.

texto HERBERT CARVALHO

fotomontagem PAULA SECO sobre foto FOLHAPRESS/FOLHAPRESS



tuído no País na década de 1970, uniu seu destino a mais dois homens, um deles 20 anos mais novo, provocando ódio mortal na sociedade machista, que revidou tirando-lhe a guarda dos dois filhos.

Celebrado neste ano, o seu centenário consagra tanto a cantora de voz inigualável, eternizada em canções românticas e marchinhas de Carnaval, quanto a mulher à frente de seu tempo, comparada à francesa Edith Piaf, que também não se enquadrava na estreita moldura do patriarcalismo.

Vicentina de Paula Oliveira nasceu a 5 de maio de 1917, em Rio Claro (SP), de onde saiu ainda criança para se tornar famosa e nunca mais voltar. Ao não receber nos braços um menino, que iria se chamar “Vicente”, seu pai ficou tão decepcionado que apenas lhe ocorreu adaptar para o feminino o nome escolhido. Marceneiro da Companhia Paulista de Trens e clarinetista boêmio, Mário de Oliveira obteve, porém, uma compensação: sua primogênita o acompanharia por bares e serestas, embora não por muito tempo, pois ela tinha apenas oito anos quando ele morreu.

A mãe, Alice do Espírito Santo de Oliveira, nascida em Portugal, viu-se só com quatro filhas, que colocou num internato em São Paulo para poder trabalhar em casas de família. Lá, Vicentina teve aulas de piano, órgão e canto lírico, primeira oportunidade para desenvolver sua futura voz de contralto. Após três anos, porém, teve de deixar o colégio por causa de uma séria infecção nos olhos.

Na sala de música de um hotel onde passou a trabalhar com a mãe como arrumadeira, foi notada por Antonio Zovetti, cuja trupe mambembe se utilizava de um caminhão para apresentar comédias, dramas e revistas musicadas. Contratada para cantar nos intervalos, a menina de 16 anos se tornou atração principal, logo comparada à Shirley Temple, prodígio mirim dos filmes de Hollywood naquele início dos anos de 1930.

Em Belo Horizonte (MG), quando o grupo se dispersou após um roteiro de espetáculos em diversas cidades, Dona Alice, que não saía do lado da filha, decidiu levá-la para um teste na Rádio Mineira. O resultado foi um contrato e um dilema: “Vicentina” definitivamente parecia mais nome de freira do que de artista. Desta vez, coube à mãe o batismo artístico, uma escolha inspirada, pois Dalva de Oliveira estava destinada a ser a estrela “que no céu desponta”, como nos versos da marcha-rancho “As Pastorinhas” (Noel Rosa e Braguinha).

Para fazer sucesso no rádio, entretanto, era preciso tentar a vida no Rio de Janeiro, metrópole cosmopolita que abrigava a nata da intelectualidade e da política. Como a então capital federal reservava seus encantos e oportunidades aos que tinham dinheiro e amizades, as cinco mulheres da família

A mais importante revolução do século 20 foi a da mulher, afirma o pensador italiano Norberto Bobbio. As conquistas femininas se descortinaram a partir do momento em que as mulheres passaram a ocupar os espaços públicos. No Brasil isso ocorreu, em especial, na indústria cultural destinada a proporcionar entretenimento às grandes massas urbanas, inicialmente por meio do rádio, dos filmes e dos discos.

Nesse universo, a primeira mulher a se destacar foi a cantora e atriz Carmem Miranda, cuja carreira internacional, até hoje sem paralelo, deixou marcas relativamente menores no público brasileiro se comparada às Rainhas do Rádio e seus enlouquecidos fã-clubes.

Destas, nenhuma teve uma vida tão controversa e trágica quanto Dalva de Oliveira, que pagou um preço elevado por sua ousadia em se separar do compositor e marido Herivelto Martins, numa época em que se considerava ser obrigação feminina a manutenção do casamento a qualquer custo. Ela, porém, foi além. Mesmo sem a existência do divórcio, insti-

Oliveira, sem outra opção, foram morar num cortiço na Rua Senador Pompeu, na parte velha da cidade.

TRIO DE OURO

A fim de ajudar no sustento da mãe e das irmãs, Dalva foi trabalhar numa fábrica de chinelos, onde certo dia um dos donos – Milton Guita, apelido *Milonguita*, cantor de tangos nas horas vagas – quis saber quem era aquela moça magrinha, de cabelos compridos e olhos verdes, que cantava. O teste bem-sucedido na Rádio Ipanema lhe abriu o circuito das emissoras cariocas: logo ela cantava também nas rádios Sociedade, Cruzeiro do Sul e Philips.

Entender o que isso significou para uma jovem de 18 anos requer uma breve contextualização do Brasil na primeira metade do século passado. Era ainda um país predominantemente rural, mas que se urbanizava rapidamente e desenvolvia um mercado cultural de massas a partir da chegada aos trópicos do cinema falado e da gravação eletromagnética de discos.

Quando o governo provisório de Getúlio Vargas autorizou a veiculação de propaganda

SEU CENTENÁRIO CONSAGRA TANTO A CANTORA DE VOZ ETERNIZADA EM CANÇÕES ROMÂNTICAS E MARCHINHAS DE CARNAVAL QUANTO A MULHER À FRENTE DE SEU TEMPO, COMPARADA À EDITH PIAF, QUE TAMBÉM NÃO SE ENQUADRAVA NA ESTREITA MOLDURA DO PATRIARCALISMO

pelo rádio, o número de emissoras, inferior a 20, explodiu em centenas, consagrando por suas ondas curtas e médias cantores como Vicente Celestino, Francisco Alves e Carmem Miranda. Estes seriam reis e rainhas de um novo tempo, pois o rádio permanece pelas décadas de 1940 e 1950 como a grande janela dos lares para o mundo: trazia as últimas notícias, moldava a opinião pública, vendia produtos, lançava modas e alimentava sonhos, mais ou menos como fazem hoje seus sucedâneos, a televisão e a internet.

Do rádio, Dalva partiu para cantar em clubes e teatros. Num deles, no bairro de São Cristóvão (zona norte do Rio), cruzou com a dupla Preto e Branco, formada, respectivamente, por Nilo Chagas e Herivelto Martins. Antes da existência do direito autoral, o compositor, para ganhar a vida, fazia números como palhaço e cantava junto com o parceiro em circos e nos intervalos das sessões de cinema.

Diretor do coro da gravadora RCA Victor, que já tivera sob seu comando cantores como Cyro Monteiro, Aracy de Almeida e Orlando Silva, Martins logo percebeu a vantagem de somar às duas vozes masculinas um contracanto feminino, que alcançava trinados próprios de cantoras líricas. Ele pesquisou, então, um repertório adequado à extensão vocal de Dalva, trabalhou sua postura no palco e escolheu os figurinos, passando a ensaiar exaustivamente a performance dos três.

A partir daí, passaram a se apresentar com o nome quilométrico de “Dalva de Oliveira e Dupla Preto e Branco”, até que o comunicador César Ladeira, após recebê-los na Rádio Mairink Veiga, decidiu resumir: “É um Trio de Ouro”. Com essa designação, eles se apresentariam durante os dez anos seguintes no Cassino da Urca – maior casa de espetáculos do País na época – e gravariam seus grandes sucessos, “Praça Onze” e “Ave Maria no Morro”, ambos de autoria de Herivelto Martins.

O contato íntimo entre os dois jovens – ela, com 19 anos, ele, com 25 – logo resultou em namoro, e mais do que isso: modernos para a época, foram morar juntos antes do casamento, que só ocorreria quando o primeiro filho (o posteriormente famoso cantor Peri Ribeiro) já havia



nascido, e o segundo, o futuro diretor de TV Ubiratan Martins, estava a caminho.

Se o sucesso do Trio de Ouro era estrondoso no palco, no rádio, na venda de discos e até no cinema – participaram dos filmes *Berlim na batucada* (1944) e *Caidos do céu* (1946) –, na vida conjugal a situação era oposta.

Dalva, que em depoimentos acusou o marido de ter ficado com ela apenas por interesse em manter o Trio, começara a notar os vestígios de sua infidelidade. As brigas se tornam frequentes e violentas: numa delas, quando a mulher estava grávida do que seria o terceiro filho do casal, Martins a empurrou de uma escada. Ela perdeu o bebê, mas guardou o feto num vidro com álcool e o deixou exposto no armário do banheiro, para que o marido não se esquecesse do que fez.

A gota d'água ocorreu quando o compositor se apaixonou por uma aeromoça desquitada, episódio retratado com detalhes na minissérie *Dalva e Herivelto*, da Rede Globo, exibida em janeiro de 2010. O casal ainda manteve as aparências vivendo sob o mesmo teto para garantir a sobrevivência do Trio de Ouro, mas, durante uma excursão à Venezuela em 1949, o grupo implodiu quando Dalva fora cortejada por admiradores, hipótese que Martins não admitia. Durante o processo de desquite, ela sofreu por ter de se separar dos filhos, enviados para um colégio interno por determinação de um juiz da Vara da Família, que não considerava os pais aptos a dar a necessária atenção às crianças.

Ao voltar da viagem na qual teve que fazer apresentações individuais para pagar a passagem de retorno, nasceu uma nova mulher, bem diferente daquela submissa ao marido, que só fazia o permitido por ele, na vida artística ou na intimidade, inclusive no que se referia ao dinheiro do casal.

Daí por diante, a carreira de Dalva de Oliveira passaria a deslanchar e atingir o auge: em 1951 se elegeu a Rainha do Rádio, ocupando o trono que já tinha sido das irmãs Linda e Dirzinha Batista e de Marlene, e que ainda seria de Emilinha Borba e Ângela Maria, as cantoras “deusas do Olimpo” do período áureo da música popular brasileira. Viajou pela Europa e se apresentou para a Rainha Elizabeth II, da Inglaterra, no Hotel Savoy. Fez shows em Portugal e na Espanha. Viveu na Argentina com o empresário e segundo marido Tito Climent, até retornar ao Brasil, em 1963.

DEVASSA OU REVOLUCIONÁRIA?

Muito antes disso, porém, sua separação litigiosa foi a mais rumorosa da época, inaugurando o “barraco” entre casais famosos. Dos tribunais, a briga desbordou para as canções por meio de “insultos musicais”, que se tornaram pérolas do cancionário popular e venderam centenas de milhares de discos.

Tudo começou com “Caminho certo”, de autoria de Herivelto Martins em parceria com o jornalista e grande amigo David Nasser, que seria seu fiel escudeiro na inglória batalha para manchar a reputação de Dalva. A letra dizia: “Eu deixei o meu caminho certo e a culpada foi ela/Transformava o lar na minha ausência/Em qualquer coisa abaixo da decência”.

A cantora revidou com “Tudo acabado” (J. Piedade e Osvaldo Martins) e “Errei sim”, de Ataulfo Alves, que disparava um torpedo ao mesmo tempo em que resumia a condição feminina naquele tempo: “Errei sim, manchei o teu nome/mas



QUANDO O GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIO VARGAS AUTORIZOU A VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PELO RÁDIO, O NÚMERO DE EMISSORAS EXPLODIU, CONSAGRANDO CANTORES COMO VICENTE CELESTINO, FRANCISCO ALVES E CARMEM MIRANDA

foste tu mesmo o culpado. Deixava-me em casa, me trocando pela orgia, faltando sempre com a tua companhia. Lembro-te agora que não é só casa e comida que prendem por toda a vida o coração de uma mulher!”.

Em desvantagem no terreno musical, Martins partiu para o ataque pela imprensa. Com as portas abertas por David Nasser dos veículos integrantes do império de Assis Chateaubriand, os Diários Associados, ele escreveu uma série de artigos com o título “Por que abandonei Dalva de Oliveira”.

Para desespero do ex-marido, entretanto, ela continuou abastecida por compositores do porte de Nelson Cavaquinho – um dos autores de “Palhaço” – e não saiu da trilha das canções que iriam moldá-la como a grande intérprete apaixonada da nossa música “que morre a cada instante em que, feito ácido, se queima perante um mundo que só lhe tem sido azedo”, segundo a síntese poética de Hermínio Bello de Carvalho.

A pedra final dessa história, que comprometeu a biografia de um dos nossos maiores sambistas e compositores, foi colocada por “Calúnia” (Marino Pinto e Paulo Soledade): “Quiseste ofuscar minha fama, e até jogar-me na lama, só porque eu vivo a brilhar/Sim, mostraste ser invejoso, viraste até mentiroso, só para caluniar. Deixa a calúnia de lado, se de fato és poeta. Deixa a calúnia de lado, que a mim não afeta”.

Enquanto Dalva explodia nas paradas de sucesso com essas músicas e, sobretudo, com o bolero “Que será” (Marino Pinto e Mário Rossi), Herivelto Martins percebeu que havia ficado para trás. Desfalcado de sua estrela principal, o Trio de Ouro passou por diversas formações até acabar, sem recuperar o brilho original.

Outro fator a contribuir para o ocaso do compositor foi que a maioria do público ficou do lado da vítima, ou seja, Dalva. O mesmo ocorreu entre os artistas, que conheciam o comportamento de Martins. Se uma corrente moralista a considerou uma devassa, para os setores sofridos e oprimi-

dos era uma revolucionária. “Dalva se transformava em idolo de prostitutas, concubinas e homossexuais, e passa a ser exorcizada pelas donas de casa e pais de família”, resume a jornalista Maria Luisa Rinaldi Hupfer no livro *As rainhas do rádio* (Senac Editora).

Na década de 1960, quando sua voz já não era mais a mesma – em decorrência, entre outras causas, do alcoolismo, em que se refugiara nos momentos mais depressivos –, reinventou-se como cantora gravando as mais célebres marchinhas de Carnaval do período, por ela imortalizadas. A primeira foi “Rancho da Praça Onze”, que lhe valeu uma homenagem do governador da então Guanabara, Carlos Lacerda. A seguir, veio “Máscara Negra” (Zé Keti) e “Bandeira Branca” (Max Nunes e Laércio Alves) – a última marchinha de sucesso antes que o Carnaval fosse dominado pelos sambas-enredo, e até hoje uma das mais tocadas nos salões, como pausa romântica em meio à folia.

Em 1965, já casada com seu terceiro marido, Manuel Nunes Carpinteiro – um garçom bem mais jovem que conhecera na boate Drink’s –, envolveu-se em um grave acidente automobilístico no qual quatro pessoas perderam a vida. Dalva sobreviveu, mas seu rosto ficou desfigurado. Morta em 1972 de complicações após uma cirurgia para extração do baço, foi velada no Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, no centro da capital que a consagrara como o “Rouxinol do Brasil”. Seu corpo atravessou a cidade num carro do Corpo de Bombeiros até o Cemitério da Saudade, em Jacarepaguá, bairro onde morou no fim da vida. No velório, no trajeto e no enterro, seus fãs entoavam: “Bandeira branca, amor/não posso mais. Pela saudade que me invade, eu peço paz”.

&



A ANTIGA RELAÇÃO ENTRE BRASIL E PARAGUAI

texto RAÍZADIAS

Fruto de um tratado assinado em 1956 pelos governos do Brasil e do Paraguai, a Ponte Internacional da Amizade representou um marco na relação econômica com o país vizinho.

Em 26 de março de 1965, uma cerimônia de bênção para entrega da obra construída sobre o Rio Paraná reuniu os presidentes da época, marechal Castelo Branco e general Alfredo Stroessner. Na época, a ponte foi considerada a maior do mundo em vão livre, com seus 552,4 metros de extensão, e teve o projeto de engenharia reconhecido internacionalmente.

Ligando as cidades de Foz do Iguaçu (PR) à antiga Puerto Stroessner, hoje chamada de "Ciudad Del Este", a ponte alterou a dinâmica da região. No município paranaense, a expor-

tação foi impulsionada principalmente da produção agrícola, enquanto a cidade paraguaia (que nem existia até então) se tornou o segundo maior centro urbano do país. O turismo, para ambos os lados, também foi beneficiado com a interligação.

Hoje, passam pela ponte uma média de 40 mil veículos por dia. Tamanha movimentação reflete em um problema recorrente no trajeto: o contrabando de mercadorias e os tráfegos de drogas e armas entre os países, demandando constante ação do Estado. Após 50 anos de sua inauguração, no ano passado a Ponte Internacional da Amizade passou por obras de revitalização, recebendo reparos, pintura, instalação de gradis nas laterais e cobertura para pedestres.

Equipe AE *

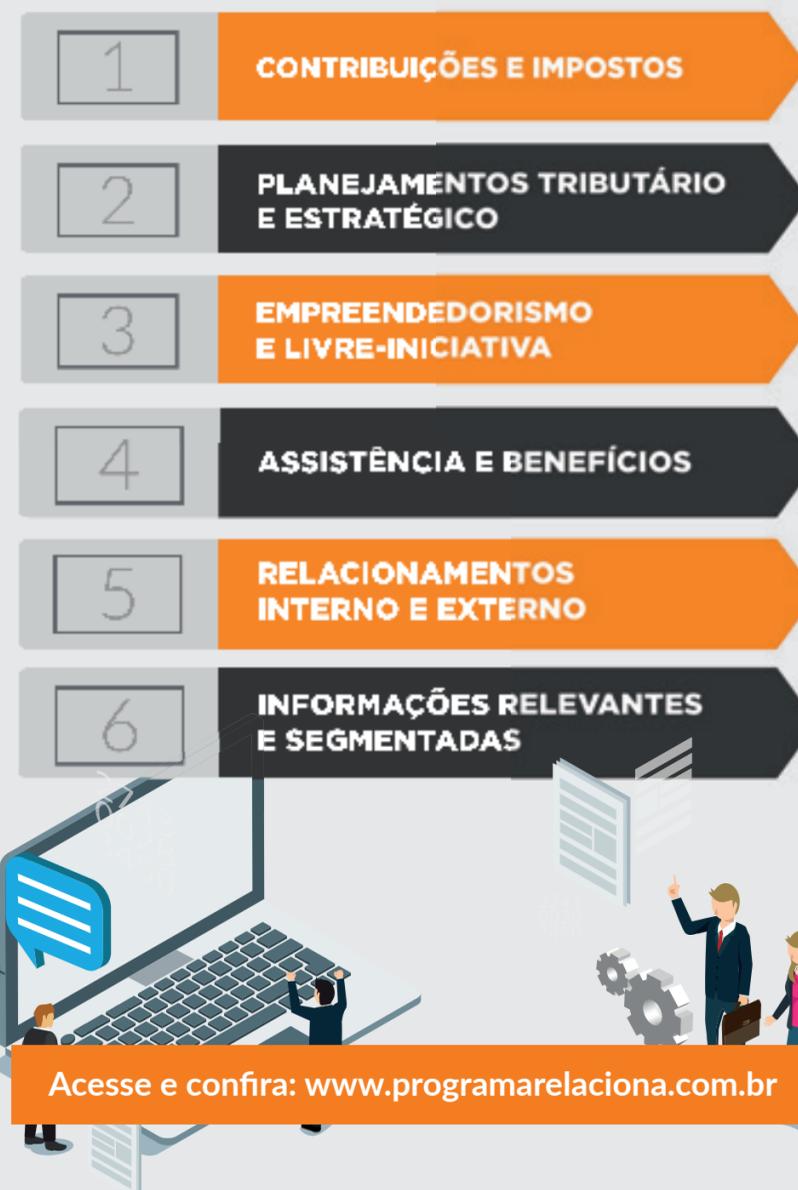
MAIS PERTO DE VOCÊ.

Planejamento prévio, bom gerenciamento e comportamento empreendedor são essenciais para a sustentabilidade de qualquer negócio. Essas práticas, agora, estão mais acessíveis no Programa Relaciona.

A UM CLIQUE

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) reformulou o Programa Relaciona, plataforma que oferece atendimento personalizado para contadores, empresários e sindicatos.

Agora, o Relaciona ficou mais ágil e intuitivo por causa de uma arquitetura que distribui melhor o conteúdo para cada um de seus públicos. Para os sindicatos, estão disponíveis recursos para gestão de contribuições, administração financeira, elaboração de jornal e newsletter, entre outros. Para contadores e empresários, oferece dispositivos para cálculo de contribuições, emissão de guias e planejamento tributário, além de pesquisas de enquadramento sindical e várias outras opções.



6º PRÊMIO FECOMERCIO DE SUSTENTABILIDADE

O 6º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade já está com suas inscrições abertas. O prêmio tem como objetivo conscientizar e reconhecer iniciativas sustentáveis inovadoras para contribuir e melhorar o processo produtivo e poupar os recursos para as futuras gerações e criar novos modelos de negócios.

CATEGORIAS

Empresa, Entidade empresarial, Indústria, Órgão público, Academia e Jornalismo

REGULAMENTO, INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES

www.fecomercio.com.br/premio/sustentabilidade